



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES
CURSO DE GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

JÉSSICA MARIA ALVES DE SOUSA

**INCLUSÃO DE MULHERES SOCIALMENTE VULNERÁVEIS NO
MERCADO DE TRABALHO: AVALIAÇÃO DO PROJETO VAI MARIA**

FORTALEZA

2023

JÉSSICA MARIA ALVES DE SOUSA

INCLUSÃO DE MULHERES SOCIALMENTE VULNERÁVEIS NO MERCADO DE
TRABALHO: AVALIAÇÃO DO PROJETO VAI MARIA

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao
Curso de Graduação em Gestão de Políticas
Públicas da Universidade Federal do Ceará,
como requisito parcial à obtenção do grau de
Bacharelado.

Orientador: Prof. Dr. Alcides Fernando Gussi.

FORTALEZA

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- S697i Sousa, Jéssica Maria Alves de.
Inclusão de mulheres socialmente vulneráveis no mercado de trabalho: avaliação do Projeto Vai Maria /
Jéssica Maria Alves de Sousa. – 2023.
75 f. : il. color.
- Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências
Agrárias, Curso de Gestão de Políticas Públicas, Fortaleza, 2023.
Orientação: Prof. Dr. Alcides Fernando Gussi.
1. Avaliação. 2. Gênero. 3. Maternidade. 4. Trabalho. I. Título.

CDD 320.6

JÉSSICA MARIA ALVES DE SOUSA

INCLUSÃO DE MULHERES SOCIALMENTE VULNERÁVEIS NO MERCADO DE
TRABALHO: AVALIAÇÃO DO PROJETO VAI MARIA

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao
Curso de Graduação em Gestão de Políticas
Públicas da Universidade Federal do Ceará,
como requisito parcial à obtenção do grau de
Bacharelado.

Aprovada em XX/XX/2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Alcides Fernando Gussi (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dra. Maria de Nazareth Moraes Soares
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dra. Kelly Maria Gomes Menezes
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Às mulheres da minha vida, por serem uma parte importante de tudo o que eu sou e conquistei. E ao homenzinho da minha vida, por ser o melhor presente que minha mãe poderia me dar.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi fruto de uma longa trajetória de vida, da qual tive a sorte de compartilhar a jornada com diversas pessoas incríveis, as quais serei infinitamente grata.

Agradeço primeiramente à minha avó, que solidificou o chão onde eu piso e é meu maior exemplo de amor.

Agradeço à minha mãe, que apesar de não estar mais entre nós, me deu asas para voar antes que eu tivesse consciência que sou capaz de explorar o infinito.

Agradeço ao meu irmão, por ser minha bússola quando preciso trabalhar pelo nosso futuro, e meu lar quando eu preciso lembrar que tenho para onde voltar.

Às minhas tias, por me proporcionarem um lar.

todo o restante da minha família, por me fornecerem as melhores histórias.

Agradeço aos meus amigos por serem minhas histórias de amor que deram certo e por me mostrarem o valor do acolhimento e da compreensão.

Agradeço aos meus professores, Prof Alcides e prof Helena, por me mostrarem que eu sou inteligente e acreditarem que eu sou capaz quando eu mesma duvidei.

Agradeço às participantes das entrevistas por me receberem em seus lares e dividirem comigo um pouco de suas trajetórias de inspiração e força. E aos funcionários do IPREDE por me receberem tão bem em todas as visitas e terem colaborado para a realização deste trabalho.

Por fim, agradeço a mim, por não ter desistido desse sonho, que agora me orgulha do caminho que tracei para torná-lo realidade.

RESUMO

Esta monografia tem como tema a “Inclusão de mulheres socialmente vulneráveis no mercado de trabalho: avaliação do projeto Vai Maria”, e busca analisar o referido projeto em relação ao papel do gênero feminino e da maternidade na perspectiva da vulnerabilidade na inclusão social por meio do trabalho. Dado que o objetivo do Vai Maria é de inclusão da mulher mãe no trabalho, o objetivo geral deste trabalho é avaliar o Projeto Vai Maria, no âmbito institucional do IPREDE, que formulou e implementou este Programa, na perspectiva da inclusão socioeconômica das mulheres participantes. Como os objetivos específicos procurou-se: a) discutir as mulheres e o trabalho no contexto contemporâneo; b) analisar o contexto sociopolítico e institucional do IPREDE no qual as mulheres do projeto estão inseridas; c) analisar o conteúdo do Projeto Vai Maria, seus objetivos, estratégias e dinâmicas; d) avaliar a percepção das mulheres sobre o Projeto Vai Maria. A metodologia de pesquisa aplicada foi quali-quantitativa na perspectiva da avaliação em profundidade. A estrutura analítica está dividida em discussão teórica sobre os temas de gênero e trabalho, dando início em seguida ao aprofundamento analítico sobre o contexto sociopolítico e institucional do IPREDE e do Vai Maria. Os resultados da avaliação apontam para a efetividade do projeto em relação ao indicador de educação da inclusão social no tocante ao desenvolvimento sócio formativo e profissionalizante, porém aponta para a necessidade de políticas públicas para uma inclusão social integral em todas as suas dimensões.

Palavras-chave: Avaliação, Gênero, Maternidade, Trabalho.

ABSTRACT

This monograph has as its theme the “Inclusion of socially vulnerable women in the labor market: evaluation of the Vai Maria project”, and attempts to analyze the above-mentioned project about the role of the female gender and motherhood in the perspective of vulnerability in social inclusion through work. Considering that Vai Maria's objective is to include women mothers at work, the general objective of this work is to evaluate the Vai Maria Project, within the institutional scope of IPREDE, which formulated and implemented this Program, from the perspective of the socioeconomic inclusion of participating women. As the specific objectives, we tried to: a) discuss women and work in the contemporary context; b) analyze IPREDE's socio-political and institutional context in which the women in the project are embedded; c) analyze the content of the Vai Maria Project, its objectives, strategies, and dynamics; d) evaluate the women's perception of the Vai Maria Project. The applied research methodology was qualitative and quantitative from the perspective of in-depth evaluation. The analytical structure is divided into a theoretical discussion on the themes of gender and work, followed by an in-depth analysis of the socio-political and institutional context of IPREDE and Vai Maria. The results of the evaluation point to the effectiveness of the project regarding the education indicator of social inclusion in terms of socio-training and professional development, but point to the need for public policies for full social inclusion in all its dimensions.

Keywords: Evaluation, Gender, Motherhood, Work.

LISTA DE GRÁFICOS OU TABELAS

Gráfico 1 - Quantidade de crianças acompanhadas por pessoa	44
Gráfico 2 - Diagnóstico das crianças acompanhadas	45
Gráfico 3 - Escolaridade das cursistas	45
Gráfico 4 - Situação de Moradia	46
Gráfico 5 - Nível de IDH por Bairro	46
Gráfico 6 - Renda pessoal mensal	47
Gráfico 7 - Renda familiar mensal	47
Gráfico 8 - Chefia feminina	48
Quadro 1 - Síntese da Avaliação em Profundidade do Projeto Vai Maria do IPREDE	59

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IPREDE	Instituto da Primeira Infância
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
UFC	Universidade Federal do Ceará
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
GEM	Global Entrepreneurship Monitor
SDE	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
PAEFI	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
TEA	Transtorno do Espectro Autista
MEI	Microempreendedor Individual
SUS	Sistema Único de Saúde
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1	Introdução	12
1.1	O tema	12
1.2	Problematização, pressupostos teóricos e objetivos da pesquisa	14
1.3	Objetivos	15
1.4	A estrutura do trabalho	15
2	Perspectiva Teórico-metodológica da pesquisa avaliativa	18
3	Discussão Teórica	24
3.1	Mulheres e trabalho no contexto contemporâneo	24
3.2	Trabalho Informal e empreendedorismo por necessidade	28
4	Contexto Sócio-Político e Trajetória Institucional do IPREDE	32
4.1	O IPREDE e a Primeira Infância	33
4.2	Projeto Vai Maria: costurando sonhos	37
5	O Vai Maria na Percepção das Participantes	43
5.1	Conhecendo as Participantes do Vai Maria	44
5.2	A percepção das mulheres sobre o Projeto	50
6	Síntese analítica da pesquisa avaliativa	58
7	Considerações finais	65
8	Referências	70

Apêndice A - Roteiro de entrevista semiestruturada aplicada com 75 stakeholder do Projeto Vai Maria

Apêndice B - Roteiro de entrevista semiestruturada aplicada com 76 participantes do Projeto Vai Maria

1. Introdução

Esta monografia tem como principal tema a inclusão de mulheres socialmente vulneráveis no mercado de trabalho, utilizando como recorte avaliação do projeto Vai Maria da Organização Sem Fins Lucrativos, Instituto da Primeira Infância. Para a introdução do público à temática, esta seção será dividida em 4 tópicos. O primeiro busca apresentar o tema do trabalho, ou seja, como a pergunta inicial levou ao desenvolvimento deste trabalho e escolha da metodologia de pesquisa. No segundo tópico serão apresentadas as problematizações, questões levantadas e pressupostos teóricos que orientam este trabalho, e que levam ao terceiro tópico, que traz os objetivos geral e específicos com os quais se busca, ao fim, avaliar o projeto. Por fim, no quarto tópico, descreve-se a estrutura do trabalho, permitindo o entendimento de como a avaliação será desenvolvida ao longo das próximas seções.

1.1. O tema

O tema deste trabalho é a “Inclusão de mulheres em situação de vulnerabilidade social no Trabalho: avaliação do projeto Vai Maria”, visando analisar as relações de mulheres socialmente vulneráveis e o mundo do trabalho, seja ele formal ou informal, dentro da perspectiva avaliativa em profundidade (RODRIGUES, 2008). O projeto escolhido possui um público feminino vulnerável ao qual se acrescenta ainda as discussões a respeito da maternidade e papéis sociais de gênero.

O Projeto Vai Maria é uma ação do Instituto da Primeira Infância - IPREDE, e pode ser entendido como um “conjunto de ações sistemáticas e integradas, que já favoreceu até aqui uma série de mudanças significativas na vida e na família das mulheres beneficiadas.” (IPREDE, 2022) Essas ações se dividem em duas: a primeira, oferece formação profissionalizante através de cursos de corte, costura e confecção. Enquanto a segunda possui abordagem social e pedagógica “pautada em investimentos no seu crescimento pessoal, familiar e social.” (IPREDE, 2022) por meio de rodas de conversas entre as participantes com a presença de psicólogas, e ainda oficinas de arte e outros métodos artísticos de expressão pessoal.

O Vai Maria, portanto, visa prepará-las, não apenas do ponto de vista técnico, com formações profissionalizantes, mas também busca uma mudança de perspectiva por meio da abordagem socioeducativa. Segundo o Coordenador de Projetos relatou durante a entrevista aplicada nesta pesquisa, essa abordagem se dá pelo perfil socioeconômico das participantes, marcado por carências que vão além de econômicas e educacionais, abrangendo preconceito de

gênero, raça e maternidade (Entrevista com FREIRE, 06/06/2023). Esse perfil poderá ser visto na quinta seção, no tópico dedicado à apresentação das participantes do projeto.

O Instituto da Primeira Infância, responsável pela criação do projeto, é uma organização da Sociedade Civil, e está localizado na cidade de Fortaleza/Ceará. O IPREDE, como é conhecido, é um dos principais centros de referência sobre primeira infância no estado do Ceará, com programas e projetos para as crianças em vulnerabilidade social e suas famílias. O projeto Vai Maria faz parte do Programa de Atenção à Mulher, um conjunto de ações voltadas para as mães e cuidadoras das crianças atendidas e acompanhadas pela organização. O principal objetivo da instituição, nos seus próprios termos é:

promover a nutrição e o desenvolvimento na primeira infância, articulando esses dois principais pressupostos, com programas, projetos e ações que visam o fortalecimento das competências familiares, principalmente das mulheres/mães de crianças atendidas em, e da inclusão social dessas famílias, ainda identificadas em situação de extrema vulnerabilidade social e pobreza. (IPREDE, 2022)

Dessa forma, podemos entender o IPREDE como uma organização de cuidados com a primeira infância, período dos 0 aos 6 anos de idade. Sua abordagem inclusiva da família visa promover a inclusão social da criança atendida, facilitando a efetividade de suas ações.

Analisando o projeto Vai Maria em relação à realidade de suas participantes foram identificados os principais problemas sociais do cenário social das mulheres participantes: preconceito de gênero e maternidade, baixo nível de escolaridade, baixo nível de empregabilidade, e consequente vulnerabilidade financeira e social. Diante disso, traçou-se o problema que orienta este trabalho: como ocorre a segregação de mães socialmente vulneráveis no trabalho do no âmbito do Projeto Vai Maria?

Para responder a esse questionamento, realizou-se uma pesquisa exploratória de abordagem quali-quantitativa, fazendo o levantamento dos principais estudos a respeito dos indicadores de segregação e vulnerabilidade, além do desenvolvimento de discussões sobre Gênero e Trabalho, e Trabalho Informal e Empreendedorismo por Necessidade. Especificamente, buscando avaliar o projeto Vai Maria, foram escolhidos os eixos analíticos da avaliação em profundidade (RODRIGUES, 2008): 1. análise de conteúdo do programa, avaliando as bases conceituais da formulação do projeto, tal como seus objetivos, construção de redes de relacionamento e coerência interna; 2. análise de contexto da formulação da política, investigando as condições sociais de formulação, conceituações e a articulação entre diferentes instâncias em atuação conjunta com a organização; 3. trajetória institucional do programa, observando o papel da instituição e a trajetória do projeto; 4. espectro temporal e territorial, condizente à análise da configuração do projeto ao longo dos anos de atuação e observação sobre outras possibilidades de implementação.

Nos próximos tópicos serão discutidos os problemas de pesquisa, apresentados os pressupostos teóricos levantados, os objetivos geral e específicos, e por fim, será realizada a descrição da estrutura do trabalho.

1.2. Problematização, pressupostos teóricos e objetivos da pesquisa

O projeto Vai Maria possui um público com especificidades que permitem que o recorte social do material analisado sirva para entender outros projetos e até políticas públicas com a mesma abordagem. Por isso, tem-se a importância do estudo deste projeto dado o seu contexto social e político, sua formulação, suas características, seus objetivos, e propósitos.

O problema de pesquisa, que se centra no processo de segregação que acontece com mulheres mães, principalmente socialmente vulneráveis em relação à entrada e permanência no mercado de trabalho, surgiu de uma pesquisa exploratória realizada para a construção deste trabalho. Desse modo, estudando o projeto Vai Maria e seu contexto social, foi possível identificar algumas problemáticas: a primeira delas foi que o público atendido pela ação é composto completamente por mães ou cuidadoras das crianças atendidas pelos programas e projetos do IPREDE, identificando a primeira problemática: preconceito de gênero. A segunda constatação partiu da configuração do projeto Vai Maria, que busca o desenvolvimento das crianças na primeira infância por meio da inclusão social de suas mães ou cuidadoras através da geração de renda e trabalho (IPREDE, 2022), que levou ao entendimento de que a abordagem do projeto seria matrifocal¹, bastante comum no contexto de políticas de inclusão em países em desenvolvimento (MEYER; KLEIN; FERNANDES, 2012, p. 434), e trabalho, sendo que a informalidade e o empreendedorismo surgiram como alternativas para a geração de renda, isso levou à descoberta da segunda e mais importante problemática: relação de gênero e trabalho. Através da relação entre ambos foi possível a definição do problema de pesquisa.

A partir dessa definição, associada a identificação do contexto social e político do projeto Vai Maria, foram construídos os pressupostos teóricos. A primeira hipótese partiu da reflexão sobre gênero, maternidade e trabalho: “Gênero e Maternidade seriam de fato determinantes para a exclusão no Mercado de Trabalho” A segunda hipótese levantada surgiu da indagação em relação às diferentes relações entre homens e mulheres com filhos no trabalho, e como a segregação de mulheres no trabalho formal repercute no aumento de mulheres em situação de informalidade, e

¹ O conceito de matrifocalidade utilizado foi embasado no trabalho de Dagmar Meyer, Carin Klein, e Leticia Fernandes (2014, p. 446) que destaca a centralização da mãe como o principal elo entre a família e as políticas de inclusão social.

ascensão do empreendedorismo feminino; daí a segunda hipótese “Informalidade e a ascensão do Empreendedorismo Feminino seriam respostas ao Desemprego Feminino” Por fim, partindo do objeto de pesquisa, isto é, a avaliação do Projeto Vai Maria, foi definida a terceira hipótese, “O projeto Vai Maria seria uma alternativa à Segregação Social de suas participantes”.

1.3. Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral

Avaliar o projeto Vai Maria, no âmbito do Instituto da Primeira Infância, na perspectiva da inclusão socioeconômica das mulheres participantes.

1.3.2 Objetivos Específicos

- a) Discutir sobre as mulheres e o trabalho no contexto da sociedade contemporânea;
- b) Analisar o contexto social e político, além da trajetória institucional da instituição no qual as mulheres do projeto estão inseridas;
- c) Analisar o conteúdo do projeto, tal como seus principais objetivos, estratégias e dinâmicas relacionais;
- d) Avaliar o projeto através da análise da percepção das participantes sobre o projeto.

1.4. A estrutura do trabalho

A presente monografia está estruturada em sete seções. A primeira possui caráter introdutório, por isso inicia-se pela apresentação do projeto Vai Maria, do IPREDE e das escolhas metodológicas. Seguindo para a apresentação das problematizações, dado o recorte social do projeto, e determinação dos pressupostos teóricos a partir do problema de pesquisa, e por fim, a definição dos objetivos geral e específicos da monografia. Dedicando a atual seção à apresentação da estrutura do presente trabalho.

A segunda seção foi dedicada à discussão da perspectiva teórico-metodológica da pesquisa avaliativa, no qual foi esclarecido a escolha metodológica quali-quantitativa sob a perspectiva de avaliação em profundidade. Para isto será realizado o resgate histórico do campo da avaliação, principalmente contra-hegemônica e progressista. Finalizando a seção com a definição

do formato semi-estruturado das entrevistas aplicadas, apresentação do roteiro da entrevista e conceituação da análise de discurso realizada com o material coletado.

Já a terceira seção, de abordagem quali-quantitativa, se dedica a aprofundar a discussão teórica a respeito dos temas de gênero e trabalho no contexto contemporâneo, realizada a partir do levantamento bibliográfico sobre a segregação de gênero devido à maternidade, e o impacto da visão social dos papéis de gênero na vida das mulheres no que diz respeito aos trabalhos não remunerados de cuidado doméstico e dependentes como filhos e parentes, além de relatar o despreparo do mercado de trabalho, principalmente formal, na recepção dessas mães, em **3.1 Mulheres e trabalho no contexto contemporâneo**. Abordando no tópico seguinte a relação entre empreendedorismo por necessidade e trabalho informal, demonstrando-o como uma alternativa para a geração de renda e trabalho chefes de família, majoritariamente monoparentais femininas, em **3.2 Trabalho Informal e empreendedorismo por necessidade**. Graças a esta discussão será possível entender como a opção pela informalidade e/ou empreendedorismo se dá como alternativa à exclusão de mães do mercado de trabalho formal.

Os resultados da segunda etapa da pesquisa, dedicada à análise avaliativa, assim como o desenvolvimento do estudo sobre o contexto social, político e trajetória institucional do Iprede e do Vai Maria, de acordo com a orientação dos eixos da avaliação em profundidade (RODRIGUES, 2008) serão realizadas na quarta seção. Para a análise de conteúdo do programa, serão executadas as análises do conteúdo e do contexto da formulação e a reconstrução da trajetória institucional: **4.1 IPREDE: promovendo o desenvolvimento da primeira infância; 4.2 Projeto Vai Maria: costurando sonhos**. Nesta seção será possível identificar os caminhos que levaram a criação do IPREDE e do Vai Maria, entendendo a organização a elaboração e implementação do projeto de abordagem matrifocal de inclusão, passando pela definição de seus objetivos, escolhas metodológicas e abordagens educacionais formativas.

Dando prosseguimento na quinta seção a finalização da avaliação em profundidade no que diz respeito ao eixo analítico espectro temporal e territorial do projeto através da compreensão do projeto sob o olhar das participantes, dividido em dois tópicos, inicialmente apresentando-as em **5.1. Conhecendo as Participantes do Vai Maria**, abordando os seguintes temas: a) Perfil socioeconômico; b) Perfil das entrevistadas. Desenvolvendo em seguida a análise de discurso das entrevistas semiestruturadas realizadas durante a pesquisa, no tópico: **5.2 A percepção das mulheres sobre o Projeto**.

Finalizando a avaliação do projeto Vai Maria, a penúltima seção apresenta a síntese analítica da pesquisa avaliativa realizada através do quadro síntese da Avaliação em Profundidade e

por fim, as considerações finais, na sétima seção, recuperam pontos importantes das discussões realizadas no trabalho.

Espera-se com esta estrutura realizar a avaliação do projeto Vai Maria sob orientação da avaliação em profundidade, cuja conceituação e desenvolvimento serão melhor descritos na próxima seção.

2. A perspectiva Teórico-metodológica da pesquisa avaliativa

O campo da avaliação de políticas públicas teve sua origem como área do conhecimento atrelado à estruturação do Estado do Bem-Estar Social de John M. Keynes, conhecidas pelo formato macroeconômico voltado ao crescimento de programas voltados para o desenvolvimento econômico por meio do aumento do investimento proporcionado pelas políticas fiscais, gerando empregos e garantindo boas práticas de oferta e demanda através do controle estatal de estabilidade de preços (MARTINS, 2020, p. 6). Quanto mais políticas desse modelo surgiam, mais eram necessários indicadores, dados e estudos que contribuíssem para aferir o bom desempenho dessas intervenções e a garantia do seu contínuo aprimoramento. Diante disso, o campo da avaliação se desenvolveu sob uma perspectiva técnico científica (JANNUZZI, 2020, p. 40) pautada em torno dos três principais eixos analíticos de efetividade, eficiência e eficácia².

No Brasil, o desenvolvimento do campo da avaliação de políticas públicas se deu a partir da década de 1990, com a Reforma Gerencialista do Estado, implementada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. Esse modelo de avaliação seguia a mesma lógica dos norte-americanos, isto é, seu principal objetivo era a obtenção de dados voltados ao custo-benefício e à eficiência das intervenções. Essa abordagem, no entanto, não foi capaz de abranger o dinamismo da realidade brasileira latino-americana, o que foi demonstrado pela ineficiência demonstrada no aumento da descontinuidade das ações avaliadas sob essa lógica. Essa falha foi vista como uma oportunidade de desenvolvimento de uma nova abordagem, de caráter multidisciplinar, eclético e plural, capaz de abranger e entender as intersecções dos problemas sociais brasileiros (JANNUZZI, 2020, p. 42).

A considerar as cisões no campo da avaliação em abordagens tecnocientífica e multidisciplinares, a última demonstrou ser mais adequada para analisar o projeto Vai Maria no que diz respeito à sua formulação, contexto político, implementação e impacto, principalmente por conta do público participante do projeto apresentar uma somatória de problemas sociais. Por isso a abordagem escolhida foi a avaliação de perspectiva sistêmica, plural e progressista,

[essa abordagem] tem o objetivo de produzir evidências, compilar dados e sistematizar estudos que contribuam para o aperfeiçoamento de programas e projetos sociais, além da consecução de seus objetivos. Em tal definição, avaliação não é entendida tão somente como uma investigação com métodos validados cientificamente para analisar diferentes aspectos sobre um programa – o que se constituiria em uma investigação de cunho acadêmico –, mas um levantamento

² Eficiência diz respeito à relação entre esforço e resultado, isto é, objetiva a execução do menor esforço para atingir o melhor resultado; enquanto a efetividade prioriza o alcance do resultado. Por fim, a eficácia relaciona os resultados aos objetivos e se a eficácia foi capaz de manter a boa efetividade da ação. (SILVA; SOUZA, 2015)

consistente, sistemático e replicável de dados, informações e conhecimentos para aprimoramento da intervenção programática. (JANNUZZI, 2020, p. 43)

A abordagem de Jannuzzi (2020), permite enxergar além dos resultados metrificadas da intervenção, entendendo como ela é compreendida na sua dimensão ampla ancorada na realidade do público participante, buscando demonstrar os processos que foram os responsáveis pela efetividade ou não do programa analisado.

Atrelado à definição da abordagem avaliativa do projeto e anteriormente à escolha da perspectiva de avaliação utilizado para sua análise, faz-se necessário a aplicação do estudo da avaliabilidade do projeto. Entenda-se por avaliabilidade o conjunto de atividades organizadas em etapas para identificação se o programa escolhido para uma pesquisa é passível de análise avaliativa (JANNUZZI, 2020, p. 51). Para isso, foi implementada uma pesquisa exploratória do projeto Vai Maria, observando as atividades de: estudo de avaliabilidade do programa; concepção e delimitação do escopo da avaliação; desenho e especificação metodológica da pesquisa; condução do trabalho de pesquisa documental e/ou de campo; análise de dados da pesquisa e discussão de achados com a equipe do programa; e, produção de relatório e disseminação de resultados (JANNUZZI, 2020, p. 51)

A identificação dos atores envolvidos se deu na análise dos relatórios de atividades do IPREDE, onde constam alguns detalhes a respeito do projeto, atrelado a duas visitas realizadas à instituição, e através de conversas informais com o Coordenador de Projetos e Ações Sociais do IPREDE foi possível identificar os principais stakeholders: onde os tomadores de decisão são formados pelo corpo de diretores e coordenadores do IPREDE, os colaboradores são constituídos pelas organizações e empresas que apoiam o projeto através de ações, pessoas, ou incentivos financeiros, e as principais interessadas, o público participante do projeto representado pelas mulheres atendidas. A busca pela relevância do Vai Maria se deu por meio do levantamento das principais opiniões a respeito do projeto descritas por fontes externas, como foi o caso de jornais e revistas locais, além da análise das parcerias, que também podem ser entendidas como critérios de relevância de um programa, a depender do tamanho das organizações que optam pelo envolvimento de sua imagem com o mesmo, na qual foram identificadas renomadas empresas como o programa Criança Esperança, grandes centros de ensino e educação, como o Organização Educacional Farias Brito e a Universidade de Fortaleza, e respeitadas organizações internacionais como a UNESCO.

Com a constatação da relevância pode-se seguir para a definição de critérios de sucesso, identificação de objetivos; disponibilidade da organização e a confiabilidade das informações sobre o projeto, todas asseguradas durante o ensaio de avaliação em profundidade realizado sobre o projeto para a disciplina Ateliê de Avaliação de Políticas Públicas da graduação de Gestão de

Políticas Públicas do ano de 2022, ministrada pelo Prof. Alcides Gussi, pontos que serão expostos na quarta seção desta monografia.

A avaliabilidade do projeto foi realizada anteriormente à este trabalho, como pode ser visto nos parágrafos anteriores, enquanto a concepção e delimitação do escopo da avaliação foram definidos como a inserção do projeto Vai Maria, preferindo não concentrar o recorte temporal à apenas um ano de implementação do projeto, e sim, expandido o estudo de suas atividades desde sua criação até os dias atuais. Após a definição da pergunta inicial deste trabalho em “Como ocorre a segregação de mulheres socialmente vulneráveis no trabalho?”, puderam ser definidos os objetivos geral e específicos apresentados na primeira seção deste trabalho. Na etapa do desenho metodológico foi definida a escolha do desenho metodológico da pesquisa, determinada como abordagem quali-quantitativa, sob a perspectiva da Avaliação em Profundidade (RODRIGUES, 2008). Por Avaliação em Profundidade utilizado entende-se,

A proposta de uma avaliação em profundidade implica, ainda, considerá-la como extensa, detalhada, densa, ampla e multidimensional, o que, por si só, coloca a multi e a interdisciplinaridade como condição primeira da tarefa de pesquisa. (RODRIGUES, 2008, p. 11)

Utilizando-se a multidimensionalidade e interdisciplinaridade do modelo, foi possível realizar as atividades indicadas com a possibilidade da adaptação à realidade do objeto de estudo e a dinâmica de uma pesquisa na prática, levando a somatória de abordagens e métodos avaliativos. Dessa forma, deu-se continuidade às etapas: Análise de conteúdo do programa; Análise de contexto da formulação da política; Trajetória institucional de um programa; e, por fim, Espectro temporal e territorial.

A escolha desse modelo de avaliação se deu pela possibilidade de entendimento amplo do programa, o que permitiria avaliar o projeto em toda a sua abrangência, permitindo desenvolver análises desde o contexto de sua formulação, seu desenvolvimento ao longo dos anos, suas redes de relacionamentos geradas ao longo dessa trajetória e ainda, se houveram mudanças significativas tanto na vida do público participante quanto da própria configuração do projeto. Relacionando o projeto Vai Maria as dinâmicas do IPREDE, responsável pela sua criação e portanto, responsável por suas escolhas metodológicas. Isto tudo, enquanto desenvolve-se a análise da inclusão socioeconômica das mulheres participantes em relação à saúde, educação, acesso à bens serviços e ao trabalho (MEYER; KLEIN; DAL'IGNA; ALVARENGA, 2014, p. 888).

Para a construção da Avaliação em Profundidade de um programa social, é necessário o desenvolvimento das análises baseadas nos posteriores eixos analíticos: a) análise de conteúdo do

programa; b) análise de contexto da formulação da política; c) trajetória institucional de um programa; d) espectro temporal e territorial (RODRIGUES, 2008, p. 12).

O primeiro eixo é desenvolvido com atenção aos três aspectos:

O desenvolvimento da análise do primeiro eixo baseia-se no estudo dos três aspectos:

formulação: objetivos, critérios, dinâmica de implantação, acompanhamento e avaliação;

bases conceituais: paradigmas orientadores e as concepções e valores que os informam, bem como os conceitos e noções centrais que sustentam essas políticas;

coerência interna: não-contradição entre as bases conceituais que informam o programa, a formulação de sua implementação e os itens priorizados para seu acompanhamento, monitoramento e avaliação. (RODRIGUES, 2008, p. 11)

Esse estudo foi desenvolvido observando os relatórios anuais do IPREDE de 2018 a 2021, e documento de Dados Cadastrais do Vai Maria do ano de 2022. No qual em relação à formulação foram analisadas o contexto social externo ao Instituto da Primeira Infância, e as bases conceituais do projeto Vai Maria. Sobre a coerência interna foram avaliados os objetivos, posicionamentos e desenvolvimento de relações internas e externas da instituição e do projeto, principalmente em relação às escolhas de abordagens metodológicas dos programas e projetos da organização.

No segundo eixo analítico, procura-se priorizar o levantamento de dados sobre o momento político, condições socioeconômicas de formulação, articulação entre as diferentes instâncias, apreensão do modelo político, econômico e social, e por fim, atenção ao marco legal. (RODRIGUES, 2008, p. 12). Nesta etapa foram analisadas as condições sociais de formulação do IPREDE e do projeto Vai Maria, bem como as articulações entre as diferentes instâncias internas e externas do IPREDE e do projeto Vai Maria, atentando-se ao marco legal da instituição e conceituação na perspectiva social do projeto.

Para o desenvolvimento do terceiro eixo, é realizado o estudo do programa ao longo do seu trânsito pelas vias institucionais, buscando identificar mudanças em seus objetivos e dinâmicas, relação entre agentes e receptores. (RODRIGUES, 2008, p. 12). Para isto, fez-se necessária a análise da coerência e evolução do instituto durante mais de 30 anos de trabalho, assim como do projeto em 5 anos desde sua criação, através da comparação dos dados de todos os relatórios encontrados no portal da transparência da instituição, associados ao material Dados Cadastrais do Projeto Vai Maria do ano de 2022, e ainda à análise de discurso das entrevistas do Coordenador de Projetos do IPREDE e das participantes.

Cabe ao último eixo, a apreensão da configuração do programa ao longo do tempo e ocupação de territórios realizados pela política confrontando suas propostas e objetivos gerais da política no que diz respeito às possibilidades de articulação da avaliação das perspectivas, objetivos,

particularidades, possibilidades de implementação em outros programas parecidos com seu percurso temporal e territorial. (RODRIGUES, 2008, p. 12). Foram os dados do Projeto de Extensão “Formação para a inclusão do trabalho feminino em Fortaleza: empregada ou empreendedora pelo Vai Maria IPREDE – UFC”, para levantamento do perfil das participantes, utilizados os relatos das cursistas entrevistadas para este trabalho para analisar a percepção das mesmas sobre o projeto.

Metodologicamente, a pesquisa consistiu no modelo misto quali-quantitativo, sendo feito o cruzamento de dados sobre o projeto. Parafraseando Getler; Martínez; Premand; Rawlings; Vermeersch (2012, p. 16) as metodologias mistas servem para complementar as avaliações convencionais, baseadas apenas em dados quantitativos. Os dados qualitativos entram em ação com o objetivo de auxiliar a elaboração dos pressupostos teóricos e identificar outras perspectivas de desempenho além daquelas permitidas pelo modelo tradicional, principalmente no que diz respeito à implementação da intervenção. Assim, por meio da combinação de métodos foi realizada a avaliação do Projeto Vai Maria, sob a dimensão ampla da avaliação em profundidade.

Conforme exposto sobre o último eixo analítico da avaliação em profundidade, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas, visando entender a percepção do IPREDE, representado por um stakeholder da instituição, e do Projeto Vai Maria, baseado na visão de suas participantes.

Em geral, as entrevistas podem ser estruturadas e não-estruturadas, correspondendo ao fato de serem mais ou menos dirigidas. Assim, torna-se possível trabalhar com a entrevista aberta ou não-estruturada, onde o informante aborda livremente o tema proposto; bem como com as estruturadas que pressupõem perguntas previamente formuladas. Há formas, no entanto, que articulam essas duas modalidades, caracterizando-se como entrevistas semiestruturadas. (MINAYO, 2001, p. 60)

Da possibilidade da amplitude na escolha do formato da entrevista na pesquisa social, optou-se pela entrevista semiestruturada, que permitiria a definição de temáticas, sem perder a dinamicidade da liberdade de discurso de uma entrevista aberta.

Dessa forma, foram elaborados dois roteiros, o primeiro utilizado durante a entrevista com o Coordenador de Projetos e Ações Sociais do IPREDE, representando a visão da organização, buscava entender sua trajetória pessoal até a chegada ao trabalho no instituto, além de possibilitar a ampliação de possibilidades analíticas geradas pelo levantamento do histórico da organização descrito por um de seus funcionários com pouco mais de uma década de experiência³. Os temas desenvolvidos foram: a) trajetória pessoal; b) história do projeto Vai Maria dentro da trajetória do

³ Conforme exposto pelo mesmo durante a entrevista. Observa-se no trecho: “desse trabalho de curto período aqui no IPREDE, se vão onze anos, aqui.” (Entrevista com FREIRE, 06/06/2023).

IPREDE; c) trajetória das participantes do Vai Maria; d) 4. visão do projeto na vida das participantes.

Já o roteiro das entrevistas aplicadas com as participantes do Vai Maria, visava entender suas percepções a partir de suas trajetórias pessoais em relação ao lugar da mulher no trabalho, a experiência da maternidade, e as mudanças causadas pelo projeto nas suas vidas. Os temas definidos foram: a) O mundo do trabalho: dificuldades e facilidades; b) Mundo do trabalho: mulheres e homens; c) O trabalho e a maternidade; d) Formalidade x Informalidade no trabalho; e) O IPREDE e o Projeto Vai Maria; f) A participação no Vai Maria.

Para a realização das entrevistas com as participantes, foi solicitado uma lista de contato de ex-cursistas ao IPREDE, com a obtenção de uma lista de quinze contatos, dos quais foram realizados diversas tentativas de contato com todas as mulheres listadas durante três semanas dos meses de maio e junho de 2023, entre os dias 29/05 à 16/06. Foi obtido retorno de dez mulheres, no entanto apenas duas ex-participantes conseguiram participar das entrevistas, a primeira delas presencialmente em sua residência, enquanto a segunda só foi possível em formato virtual, via ligação pelo aplicativo da rede social Whatsapp, devido a mãe e a filha estarem passando por problemas de saúde. A explicação pela baixa aderência das entrevistas se deu pelas dificuldades das mulheres em relação ao gerenciamento do tempo dedicado aos cuidados domésticos e com a família. Apesar da baixa participação, as entrevistas realizadas possibilitaram indagações que ampliaram os temas aplicados levando às possibilidades de construção de intervenções como as citadas mais a frente nesta pesquisa na quinta seção.

A análise dos dados coletados e organizados é apresentada no Quadro Síntese da Avaliação em Profundidade, considerando os quatro eixos analíticos citados acima. Finalizando as considerações com o apurado da discussão teórica sobre Gênero e Trabalho, e síntese avaliativa relacionada a avaliação em profundidade e o resumo dos resultados das análises.

3. Discussão Teórica

A discussão teórica deste trabalho centra-se nas problemáticas identificadas dentro do projeto avaliado, foram elas, Gênero e Trabalho. Gênero, devido o público participante do Vai Maria ser composto exclusivamente por mulheres, majoritariamente mães de crianças atendidas pelo IPREDE, levando a determinação de um subtema: maternidade. Em relação ao Trabalho, o projeto possui como um dos principais objetivos a capacitação profissional das cursistas em Corte, Costura e Confeção e a promoção de geração de renda e empreendedorismo (IPREDE, 2021, p. 6), levando a definição dos próximos subtemas: informalidade e empreendedorismo.

As dinâmicas de gênero e trabalho são diretamente afetadas pela discriminação de gênero devido ao papel social atribuído ao feminino do cuidado, responsabilizando exclusivamente a figura feminina pela maternidade, retirando-a da dinâmica do mercado de trabalho formal pela falta de acesso. Somadas a essas discriminações ainda existem a consequência do desemprego, que insere esse público dentro do recorte social da vulnerabilidade e exclusão de acessos à direitos sociais básicos dada a configuração familiar carente de proteções cívicas (MEYER; KLEIN; FERNANDES, 2012, p. 441).

Voltando ao debate em torno de gênero, foi identificado o grande aumento da chefia feminina nos últimos anos, e uma vez que as mulheres ocupam maiores níveis de desemprego e taxas de desocupação, assim como de desalento, o mercado de trabalho informal torna-se a principal possibilidade de acesso a geração de renda. (COSTA; MONTEIRO, 2023, p. 2)

Em suma, ao falar sobre as participantes do projeto Vai Maria, estamos lidando com a exclusão da mulher-mãe no trabalho, que conseqüentemente leva ao aumento da perspectiva do do empreendedorismo feminino por necessidade dentro da informalidade. Tudo isso é discutido nesta presente seção.

3.1. Mulheres e trabalho no contexto contemporâneo

Para desenvolver uma discussão relacionada às temáticas de gênero e trabalho dentro do cenário social de vulnerabilidade socioeconômica, faz-se necessário partir de dois conceitos norteadores: o de gênero e o de vulnerabilidade.

Iniciamos a partir da conceituação de gênero utilizada nesta pesquisa. Segundo a antropóloga Bonetti (2012), gênero é um conceito que deve ser entendido dentro da perspectiva da cultura da sociedade estudada. Isto porque os papéis sociais atribuídos aos sujeitos são definidos de acordo com cada cultura.

Gênero é a construção cultural sobre a diferença sexual. Se sexo diz respeito ao macho e à fêmea da espécie humana, porque eles têm corpos diferentes (pênis e vagina), gênero diz respeito aos valores dados às diferenças sexuais, que variam de sociedade para sociedade e dentro da mesma sociedade, nos mostrando que há inúmeras possibilidades de masculinos e femininos. Esta categoria possui a característica de sempre significar uma relação: todo masculino necessita de um feminino para ‘existir’ e vice-versa. E essa relação implica diferenciação: o que é ser feminino é tudo aquilo que não é ser masculino e vice-versa. Além disso, ela define diferentes expectativas de comportamento para o masculino e para o feminino. (BONETTI, 2012, p. 92)

O gênero, portanto, não se refere apenas à diferenciação sexual biológica entre masculino e feminino, e sim, a uma criação cultural social acerca dos padrões de feminilidade e masculinidade⁴, que foram e ainda são disseminados na sociedade contemporânea.

O argumento da construção cultural, dentro de uma abordagem marxista de análise dos papéis de gênero na dimensão do poder, é reforçado por Muraro (2020, p. 95), que destaca a fabricação dos papéis de homens e mulheres como macho e fêmea e sua relação entre corpo e sistema que, apesar de não determinadas pela economia, mantém uma relação de influência que beneficia o sistema econômico, e declara que “Nosso corpo é o instrumento (a máquina) que faz o sistema funcionar” (MURARO, 2020, p. 98). O debate em torno das diferenças dos papéis sexuais no mundo do trabalho será desenvolvida mais à frente, destacando as diferenças entre homens e mulheres pais de crianças no mercado de trabalho, e como o sistema se beneficia da economia do cuidado e do trabalho não remunerado feminino (GUIGINSKI; WAJNMAN, 2019, p. 4).

Atrelado à exclusão de gênero, existe a intersecção da maternidade monoparentalismo das famílias chefiadas por mulheres, que insere a perspectiva da vulnerabilidade social. Entende-se por vulnerabilidade a exclusão de um grupo do acesso aos seus direitos básicos de educação, renda e habitação, parafraseando as pesquisadoras Scarpellini e Carlos (2011, p. 4). As pesquisadoras reforçam a importância da família como o indicador sintético da vulnerabilidade social, por meio de três eixos: educação, renda e habitação, destacando a ampliação da exclusão gerada através da segregação de mulheres chefes de família, uma vez que sua fragilidade financeira e falta de acesso a direitos sociais fundamentais se estende a todos os seus familiares (SCARPELLINI; CARLOS, 2011, p. 5).

O conceito de vulnerabilidade exposto, como será visto, é essencial para o entendimento do perfil socioeconômico das participantes do Vai Maria, visto que se trata de mulheres chefes de

⁴ Ainda sobre a questão de gênero, esta pesquisa não se aprofundará nas discussões ligadas à transexualidade e à não-binariedade. A primeira pode ser definida como pessoas que não se identificam com seu sexo biológico, enquanto a segunda aborda pessoas que entendem seu gênero de forma que vai além da simples identificação e performances de masculino e feminino. (LGBT FOUNDATION)

família, de baixa escolaridade, geração de renda mínima, em condições precarizadas de habitação, o que sintetizam a vulnerabilidade social segundo exposto anteriormente.

Depois de introduzidos os conceitos que norteiam o presente trabalho, vejamos, com dados quantitativos, a respeito da exclusão de gênero no mercado de trabalho, principalmente formal. Como mostram dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, de 2011, houve um aumento na quantidade de mulheres no mercado de trabalho formal, representado pelo aumento do rendimento médio real entre 2000 e 2011.

Na comparação por gênero, por exemplo, notamos que a taxa de crescimento do rendimento médio real das mulheres entre 2001 e 2011 (27,5%) foi superior à taxa de crescimento dos homens para o mesmo período (19,1%). Tendo em vista o aumento da participação das mulheres no total de ocupados nesse mesmo período, esse resultado representa uma melhora significativa na inserção das mulheres no mercado de trabalho. (PNAD, 2012, p. 24)

Esse aumento positivo, no entanto, sofreu uma queda na década seguinte, justificada pela crise econômica internacional segundo o mercado que, apesar de ser um motivo plausível para explicar a desaceleração econômica, não é capaz de justificar o motivo da seleção de mulheres como as primeiras escolhas em casos de demissão em massa. Esse argumento pode ser reforçado pela repetição do fenômeno de demissão em massa de mulheres durante o período da pandemia do vírus da Covid-19. Segundo a pesquisa “Estatísticas do Cadastro Central de Empresas” desenvolvida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2020), a queda de 2,9% dos postos de trabalho assalariados ocupados por mulheres, que representavam mais de 70% dos postos totais encerrados durante o período de isolamento social.

Esse êxodo de mulheres do mercado de trabalho formal é apontado muitas vezes como uma escolha das mulheres que possuem filhos, mas é preciso debruçar-se um pouco mais sobre os motivos por trás dessa saída. Pode-se observar que os principais motivos para a tomada de decisão das mulheres se relacionavam a,

A insuficiência de políticas públicas que facilitem a gestão das demandas conflitivas entre trabalho e cuidados da família, aliada à baixa participação masculina na divisão do trabalho não remunerado, repercute nas oportunidades laborais das mulheres, notadamente das mães com filhos dependentes, e reforça as desigualdades de gênero no mercado de trabalho. (FONTES; MACHADO; SORJ, 2007, p. 577)

Ou seja, os papéis de gênero repercutem diretamente na segregação de mulheres mães do mercado de trabalho. Ainda considerando as autoras acima citadas, é necessário repensar a dimensão coletiva relacionada aos cuidados com a família, e as construções sociais dos papéis de gênero não apenas na esfera da vida privada, com a responsabilização pelos cuidados com a família e tarefas domésticas, mas também na esfera da vida pública da divisão sexual do trabalho

(FONTES; MACHADO; SORJ, 2007, p. 578). Em suma, as autoras destacam a importância da reconstrução do papel da figura masculina paterna dentro da família, e a reflexão do papel feminino, além dos benefícios perpetuados por essa estrutura e seus principais privilegiados. Para esse último argumento, voltemos às palavras de Muraro, quando diz que “(...) existe uma superexploração da mulher. Ela é duplamente explorada, como trabalhadora e como mulher. Assim, a discriminação econômica por motivos sexuais não só é aceita pelo sistema como é incentivada” (MURARO, 2020, p. 84).

Contudo, ao detalharmos melhor o desemprego feminino e a ampliação da exclusão por meio da chefia feminina das famílias, indicadores do PNAD do ano de 2014, apontam para o crescimento da chefia feminina monoparental, de 26,5% em 2004 para 38,8% em 2014, demonstrando o aumento de mais de 12% em 10 anos, sendo que o mesmo se repetiu para lares biparentais, aqueles com a presença de cônjuges homens que, em 2004, representavam apenas 3,5% dos domicílios e aumentou para 13,5% em 2014, um crescimento de 10% (PNAD, 2015, p. 13). O crescimento da chefia feminina, mesmo com a presença de uma figura masculina no domicílio, nos leva à reflexão das políticas e programas sociais de geração de trabalho e renda, divididos em duas abordagens que, no entanto, falham na inclusão das demandas da Agenda de Gênero do século XXI.

verifica-se que essa inclusão tem se dado menos por meio de programas dirigidos à mulher do que pela incorporação da dimensão gênero em programas que não têm a mulher como foco específico. Tal incorporação nem sempre significa, no entanto, ‘aderência’ à agenda de gênero ou incorporação da perspectiva de gênero, entendida como uma ação que promove a redução de desigualdades entre homens e mulheres. Há programas que, embora focalizem as mulheres ou a elas dirijam módulos específicos, acabam por reiterar desigualdades de gênero, reafirmando uma posição tutelada e subordinada da mulher tanto no espaço público como no privado. (FARAH, 2004, p. 65)

Essa abordagem, precariza o foco na mulher como agente passivo no papel de inclusão, subentendendo-a como agente ativa a partir de sua função integrativa da família com as políticas públicas (FARAH, 2004, p. 66).

Ao discutir os problemas de preconceito de gênero no mercado de trabalho, debatemos não apenas os papéis sociais de gênero no que diz respeito à desvalorização da figura feminina, mas sim sobre a estruturação econômica pautada na exploração de seu trabalho não remunerado,

apesar do considerável volume de atividades que se escondem sob a rubrica afazeres domésticos e que mantêm ocupadas mulheres de todas as camadas sociais, o trabalho doméstico não é contabilizado como atividade econômica (BRUSCHINI, 2006, p. 333).

Ao considerar o trabalho doméstico como uma função de inatividade, isto é, que não gera renda, o mercado desconsidera que essas atividades são responsáveis pelo acesso ao trabalho

masculino integral. Ao executar as funções de trabalho doméstico, cuidados com os filhos e outros dependentes, além dos cuidados com os homens, as mulheres são diretamente responsáveis pela liberdade masculina. Esse apontamento se tornará mais claro nas posteriores análises.

Além da exploração do trabalho doméstico não remunerado, há a segregação social de famílias chefiadas por mulheres em situação de vulnerabilidade social, associada a falta de sua absorção pelo mercado formal, que proporciona além de emprego e geração de renda acesso a direitos de proteção trabalhista. Essa falta de inclusão e consequente busca por outras opções de geração de renda, leva à busca de opções na informalidade e empreendedorismo, como será discutido no tópico seguinte.

3.2. Trabalho Informal e empreendedorismo por necessidade

Após as discussões iniciais a respeito de gênero e mercado de trabalho na sociedade brasileira, faz-se necessário apresentar discussões especificamente a respeito da informalidade no país. Partindo da conceituação de informalidade será possível discutir sobre as diferenças entre trabalho e emprego, prosseguindo para a conceituação de empreendedorismo por necessidade e oportunidade, e as diferenças entre homens e mulheres no trabalho, observando fonte de renda das últimas e seu papel social de gênero na família.

O debate a respeito da informalidade não pode partir do senso comum, contudo a conceituação do que seria considerado trabalho informal não existe no nosso maior documento de proteção e afirmação de direitos políticos: a Constituição Federal. Para a Constituição brasileira, a informalidade não está conceituada e, apesar das iniciativas, como o cadastro do Microempreendedor Individual - MEI, a falta da conceituação dificulta principalmente a criação de programas voltados ao seu combate, ou para a minimização dos efeitos de suas consequências.

Especialmente, no caso do MEI, faz-se necessário mais políticas públicas educativas à respeito de sua importância, no entanto, não se pode esconder o problema que grande parte das pessoas na informalidade não possui renda suficiente para os pagamentos da seguridade social, principalmente por conta do aumento dos anos de contribuição e da incerteza dessa renda no futuro (LISBOA, 2023). Ressalta-se que, segundo o site Agência Brasil, mais de 38 milhões de pessoas estavam em situação informal no país. Esta grande parcela da população permaneceu à margem do acesso a direitos legais de proteção trabalhistas, apesar de ser responsável por uma parte considerável da renda que circula no país, principalmente na economia interna.

Para conceituar informalidade, recorremos à descrição do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no livro *Economia Informal Urbana*, publicado em 2003. Por setor informal entende-se,

Com base nas recomendações da 15ª Conferência de Estatísticos do Trabalho, promovida pela Organização Internacional do Trabalho - OIT, em janeiro de 1993, considerou-se que:

- para delimitar o âmbito do setor informal, o ponto de partida é a unidade econômica - entendida como unidade de produção - e não o trabalhador individual ou a ocupação por ele exercida;
- fazem parte do setor informal as unidades econômicas não-agrícolas que produzem bens e serviços com o principal objetivo de gerar emprego e rendimento para as pessoas envolvidas, sendo excluídas aquelas unidades engajadas apenas na produção de bens e serviços para autoconsumo;
- as unidades do setor informal caracterizam-se pela produção em pequena escala, baixo nível de organização e pela quase inexistência de separação entre capital e trabalho, enquanto fatores de produção. (IBGE, 2003, p. 15)

O conceito escolhido destaca o valor atribuído ao trabalho apenas pelo viés da geração de renda, isto é, atribui ao trabalhador o valor de unidade de produção, independente de sua vinculação a emprego⁵.

Outro aspecto que merece destaque em relação ao setor informal é o de que seu principal objetivo é gerar trabalho e rendimento, não muito diferente do objetivo do trabalho formal, apesar de não contar com as mesmas proteções legais como garantia de salário mínimo e sua irredutibilidade, piso salarial adaptado a complexidade da função, décimo terceiro salário e remuneração do trabalho noturno superior, seguro-desemprego, jornada de seis horas, repouso semanal remunerado, licença à gestante e paternidade, aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, aposentadoria, entre outros (BRASIL, 1988, p. 19). Por fim, o livro conceitua trabalhador informal como o pertencente a

(...), [ao setor informal], todas as unidades econômicas de propriedade de trabalhadores por conta própria e de empregadores com até cinco empregados, moradores de áreas urbanas, sejam elas a atividade principal de seus proprietários ou atividades secundárias. (IBGE, 2003, p. 16)

Logo, para este presente trabalho, entendemos o trabalhador informal como aquele que trabalha por conta própria ou que presta serviços a um empregador, sem que haja vínculo formal entre os mesmos. O conceito é utilizado, apesar da exclusão do trabalhador rural (que não é o foco desta pesquisa, uma vez que o projeto só recebe participantes da área urbana) e do trabalho doméstico não remunerado (por não ser considerado como uma unidade de produção econômica).

⁵ O trabalho deve ser entendido como a produção de bens e serviços por um indivíduo, enquanto por emprego entende-se a venda da força de trabalho assegurada por um contrato. (FONTES, 2017, p. 47)

Uma vez definido o que é setor e trabalhador informal, e as principais diferenças deste e do trabalho formal, que facilitam o entendimento da informalidade como uma alternativa à falta da inclusão no setor formal, articulamos as discussões a respeito do empreendedorismo feminino. Parafraseando o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE, o empreendedorismo pode ser descrito como a capacidade que uma pessoa tem de identificar problemas e/ou oportunidades no mercado, e através desse olhar, desenvolver as soluções para essa demanda, investindo recursos na criação de um negócio, projeto ou movimento, que precisam necessariamente impactar a vida de outras pessoas (SEBRAE-SC, 2021).

Dessa forma, para esta pesquisa, o empreendedorismo é entendido como a habilidade de uma pessoa ou grupo, de identificar um problema, de cunho social, público ou privado, e construir uma solução para essa demanda, comumente através da criação de um negócio.

Contudo, faz-se necessário realizar uma distinção sobre o conceito de empreendedorismo de muita importância para este trabalho. Ao falarmos de empreendedorismo, não podemos defini-lo como um conceito universal, principalmente em uma sociedade marcada pela desigualdade social. Por esse motivo, distinguimos duas conceituações sobre o tema, a primeira se trata do empreendedorismo por oportunidade e a segunda por necessidade. Usaremos o conceito do Global Entrepreneurship Monitor - GEM, apresentado abaixo:

empreendedor por oportunidade, que consiste em indivíduos que iniciaram um negócio devido à identificação de uma oportunidade viável, e por necessidade, que consiste em indivíduos que iniciaram um negócio devido à falta de outras possibilidades para geração de renda e de ocupação. (AGUIAR, 2012 apud GEM, 2021, p. 25)

O empreendedorismo por oportunidade é entendido como aquele que parte da habilidade de reconhecimento de um problema no mercado que necessita de solução, sendo necessários recursos para construir essa solução, estes que podem ser financeiros, rede de contatos, intelectuais, entre outros. Enquanto o empreendedorismo por necessidade está relacionado à criação de um negócio próprio como forma de obter os recursos necessários para a sobrevivência de um indivíduo e de sua família. Essa situação se agrava quando entramos nas discussões sobre empreendedorismo feminino.

Após definidos os conceitos de empreendedorismo, pode-se debruçar sobre as diferenças entre homens e mulheres que possuem filhos no mercado de trabalho. A diferença na participação da população feminina e masculina que possuem filhos no mercado de trabalho em 2020 foi de 33,9%, que apesar de superior à anterior de 31,53% de 2019, no período que o país enfrentava a pandemia do vírus da covid-19, demonstra um crescimento lento da ocupação do

mercado pelas mulheres mães (FEIJÓ; PINHO; CARDOSO, 2022). O que demonstra a maior dificuldade de mulheres com filhos tanto serem incluídas quanto se manterem no mercado formal.

No Boletim Especial de 8 de Março sobre as Dificuldades das Mulheres Chefes de Família no Mercado de Trabalho, lançada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos em março de 2023, são expostos dados importantes sobre fonte de renda de famílias chefiadas por mulheres, onde pode-se observar que quase 80% advém do trabalho, 18% de aposentadorias e/ou pensões, e 3% de benefícios sociais⁶. Desses dados podemos destacar ainda o primeiro indicador, no qual a fonte de renda é majoritariamente advinda do trabalho, no entanto ao não diferenciar se esse trabalho se configura como informal ou emprego, demonstramos que o foco no cidadão entendido por um viés apenas de unidade produtiva, independente do acesso a direitos trabalhistas.

Finalmente, após as discussões sobre informalidade e segregação feminina no trabalho formal, destacamos a questão da centralização da mulher como objeto de inclusão da família.

O mais importante, porém, é o movimento que as políticas públicas têm feito quando adotam o termo “família” como sendo o foco de suas ações, mas convocam, efetivamente, as mulheres-mães para serem suas parceiras, ou seja, as políticas públicas são atravessadas, entre outros, por um discurso matrifocal na medida em que posicionam a mulher que desempenha as funções culturalmente atribuídas como maternas no centro da família e da sua gerência. Assim, paradoxalmente, o mesmo Estado que reduz seu papel de provedor de bens e serviços precisa educar e qualificar mulheres dos grupos sociais menos favorecidos para que elas possam, então, assumir com a competência esperada essa posição de produtoras de “inclusão social” das crianças e dos jovens que integram seus núcleos familiares. (MEYER, KLEIN e FERNANDES, 2012, p. 446)

A matrifocalidade é importante para o entendimento de toda a discussão dos papéis de gênero na sociedade contemporânea, incluindo agora não apenas a responsabilidade pelo gerenciamento das atividades domésticas e ligadas e cuidados e educação dos filhos, mas também pela sua inclusão financeira, de modo que não se atribuem menos papéis a figura feminina, e sim multiplicam-se suas responsabilidades, que demonstram a urgência do debate em torno do papel da figura masculina na família e sociedade contemporânea.

Por meio do que foi exposto anteriormente nesta seção, devem ser destacadas as seguintes discussões: a) o desemprego feminino é mais comum à mulheres mães; b) a falta de previsão legal sobre informalidade encarece debates e a construção de programas voltados ao seu combate ou alcance dos trabalhadores dentro dessa categoria de terem acesso a direitos; c) a ascensão do empreendedorismo por necessidade foi gerada pelo êxodo de mulheres do mercado formal devido à necessidade de obtenção de recursos para a sobrevivência de suas famílias. E por

⁶ Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2023).

fim, d) a construção social do Trabalho refere-se cada vez mais à definição de trabalhador como uma unidade de produção de bens e serviços, enquanto o emprego é obtido apenas através da venda dessa força de produção, logo trabalho está mais vinculado a produção do que acesso a direitos.

A relação de chefia feminina e inclusão da família pela geração de renda, será melhor apreendida através do exemplo prático desse contexto, utilizando o aprofundamento analítico sobre o Projeto Vai Maria no âmbito do IPREDE.

4. Contexto sociopolítico e Trajetória Institucional do IPREDE

A escolha pela avaliação em profundidade (RODRIGUES, 2008), utilizada nesta pesquisa, deve ser entendida devido à sua abordagem avaliativa que considera diferentes dimensões de um programa social, analisando desde sua criação, formulação e implementação até identificar e entender as questões envolvidas nos seus processos e subseqüentes resultados, como abordado em:

o sentido aqui referido [da avaliação em profundidade] é o de abarcar a um só tempo as dimensões dadas tanto no sentido longitudinal – extensão no comprimento – como latitudinal – extensão na largura, amplitude. Assim, desta perspectiva, quanto mais mergulhamos na situação estudada, mais ampliamos o campo de investigação. (RODRIGUES, 2008, p. 10)

Essa abordagem ampla de aprofundamento no Vai Maria permitiu o entendimento das interseções entre os contextos sociais de suas participantes e o desenvolvimento da discussão teórica da pesquisa, exposta na seção acima.

Portanto, dando continuidade a esse processo de ampliação de perspectiva avaliativa, descrevemos o IPREDE e o Vai Maria por meio dos eixos analíticas da avaliação em profundidade, conforme Rodrigues (2008): (i) análise de conteúdo do programa com atenção aos três aspectos de formulação, bases conceituais, e coerência interna; (ii) análise de contexto da formulação da política visando o levantamento de dados de formulação e sua articulação com as instâncias externas, e entendimento do seu modelo e marco legal; (iii) trajetória institucional de um programa, focando na análise de sua coerência ao longo de seus anos de execução, buscando reconstruir sua trajetória histórica; (iv) espectro temporal e territorial, no que diz respeito à configuração ao longo do tempo e ocupação de territórios a partir de suas propostas e objetivos.

Portanto, iniciamos esta seção dedicando a atenção ao estudo do Instituto da Primeira Infância – IPREDE e, no tópico seguinte, ao projeto Vai Maria.

4.1. O IPREDE e a Primeira Infância

Para analisar o contexto sociopolítico e a trajetória institucional do IPREDE. Para a análise de conteúdo do IPREDE são abordados os seguintes aspectos: formulação, bases conceituais e coerência interna. Juntamente com isso foi realizada a análise de contexto da formulação da política por meio do levantamento de dados de sua formulação e articulação com as instâncias externas, sobretudo aqui considerando o seu posicionamento como uma organização do Terceiro Setor. Finalmente, para desenvolver sua trajetória institucional, foram analisadas suas ações e atividades ao longo de 30 anos de sua existência, relacionando-os aos seus objetivos, públicos-alvo e stakeholders, ao longo desse percurso histórico-institucional.

O Instituto da Primeira Infância - IPREDE, foi fundado no ano de 1986 por um grupo de mulheres do Hospital Infantil Albert Sabin da Secretaria de Saúde do estado do Ceará, como uma organização não governamental, nomeada de Instituto de Prevenção da Desnutrição e da Excepcionalidade, “para enfrentar uma situação de saúde bastante desfavorável pela qual passavam milhares de crianças em todo o estado do Ceará. As taxas de desnutrição crônicas obtidas a partir de estudos populacionais superavam a marca dos 30%” (IPREDE, 2017, p. 4). Logo, seu principal objetivo é a diminuição da grande quantidade de doenças infecciosas em crianças na primeira infância, causadas pela alta taxa de desnutrição das mesmas (IPREDE, 2017, p. 4). Assim a organização que nasceu voltada ao combate da desnutrição infantil na primeira infância, se desenvolveu através de ações voltadas à primeira infância e se tornou referência em práticas de desenvolvimento humano.

Através de parcerias com organizações públicas, o IPREDE conquistou sua primeira sede e continuou se desenvolvendo e ampliando o escopo de atuação voltando o olhar para a família, o que levou a organização a atuar não apenas nos cuidados de saúde com crianças, mas também na inclusão das famílias através dos programas assistenciais. Dessa forma, além do Programa de Desenvolvimento na Primeira Infância, o IPREDE desenvolveu um Programa de Acolhimento e Atenção Psicossocial à Família e Programa de Atenção à Mulher. Segundo o Coordenador de Projetos e Ações Sociais do IPREDE, conforme abordado na entrevista cedida para este trabalho,

“Alguns anos atrás, eu diria, uns dezoito anos atrás (...), a gente tinha um índice de reincidência muito grande. O que quer dizer isso? A criança recebia alta no IPREDE e depois de uns três, quatro meses, ela voltava, no mesmo grau de falha do desenvolvimento ou desnutrição. Nesse momento foi aí que a gente entendeu que o cuidar da criança não é o cuidar sobre a criança, mas sobre toda a estrutura familiar.

(...) e a gente viu o que essa mulher, a mulher dentro dessa esfera social, ela é a grande válvula de transformação.” (Entrevista com FREIRE, 06/06/2023).

Como exposto, o principal motivo da ampliação das atividades do IPREDE para a família se deu por conta da alta taxa de reincidência das crianças atendidas pela organização. Após a identificação de que o principal motivo era a falta condições das famílias, a instituição decidiu ampliar seu olhar para outros sujeitos que poderiam auxiliar no processo de reabilitação das crianças, dada a configuração familiar da maioria ser composta majoritariamente por mulheres chefes de família, precisou optar-se pela abordagem matrifocal, como atesta seus próprios registros institucionais

O referencial da primeira infância impulsionou todos em direção a uma abordagem sistêmica com o intuito de ampliar o apoio ao crescimento e desenvolvimento integral das crianças, particularmente em cenários nos quais suas prioridades básicas não eram adequadamente satisfeitas. Ir ao encontro das necessidades físicas e proteção às crianças, bem como cuidar do seu aspecto emocional e da preparação para a vida social, são os grandes desafios assumidos na atualidade. Com a disseminação dos estudos que valorizam a primeira infância (0 a 6 anos) como base para todas as aprendizagens humanas e período fundamental para o desenvolvimento das estruturas física, psíquica e habilidades sociais, novas propostas de assistências às crianças e suas mães foram implantadas na instituição. (IPREDE, 2021)

Esse referencial levou o IPREDE a permanecer desenvolvendo seu atendimento ambulatorial pediátrico e incentivou a ampliar os Programa de Acolhimento e Atenção Psicossocial à Família e o Programa de Atenção à Mulher, por meio do desenvolvimento e implementação de projetos, como o Grupo Conviver, projeto Mãe Colaboradora e Cursos Profissionalizantes em 2008, sendo que este último se ampliou até se tornar o projeto Vai Maria em 2018, Transformaria em 2019, e os projetos Florescer e Maria Bonita em 2022. Com o avanço nos estudos sobre neurodesenvolvimento na infância, o IPREDE criou o programa Conecta em 2019, voltado ao atendimento especializado das crianças em situação de vulnerabilidade social atendidas pela instituição diagnosticadas com TEA (Transtorno do Espectro Autista). (IPREDE)

Atualmente, após mais de 30 anos de atividade, o IPREDE é reconhecido como um centro de referência em primeira infância no estado do Ceará, tendo seu reconhecimento demonstrado por meio da participação no projeto social de mobilização nacional Criança Esperança, promovido pela TV Globo, em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência ea Cultura - UNESCO, em 2018. Ainda, o IPREDE também é responsável pela criação do Selo Saúde Social, que “celebra parcerias com as empresas interessadas em exercer sua responsabilidade social; sensibilizadas a contribuir no fortalecimento das potencialidades das crianças que vivem a primeira infância, em situação de vulnerabilidade social e pobreza.” (IPREDE), fornecido a mais de 8 empresas parceiras: Unimed Fortaleza, Supermercado Guará,

AVCO Chemical, Bayer, Seara, Tijuca Alimentos, Super Mercadinhos São Luiz, Universidade Estadual do Ceará, Universidade Federal do Ceará e Instituto Nelson Wilians. Podemos utilizar as palavras do pesquisador Pinto para descrever como a instituição é reconhecida externamente,

O Instituto desenvolve programas, projetos e serviços em articulação com os diversos setores da sociedade, com fins públicos, foco na nutrição e desenvolvimento na primeira infância, bem como trabalha na geração e disseminação de conhecimentos técnico-científicos a partir dessas experiências adquiridas, a produção e promoção da cultura e da arte como instrumento de conscientização e valorização do cidadão.

Baseado nisso, o IPREDE possui quatro pilares básicos (Metodologia Social, Científico, Estético e Autossustentabilidade) com diferentes ações institucionais, mas interligadas em prol da primeira infância e do fazer da instituição. (PINTO, 2019. p. 85)

De acordo com Pinto (2019), podemos verificar a ampliação da abordagem do IPREDE em relação à primeira infância, partindo do princípio de que a inclusão dessas crianças só seria possível com a melhoria da qualidade de vida de sua família, nas palavras da própria organização,

O IPREDE dedica-se a promover o desenvolvimento da primeira infância, fortalecendo também as mulheres e a inclusão social de famílias que vivem em situação de extrema vulnerabilidade. Além disso, a Unidade Conecta tem capacidade de atender com excelência até 600 crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) diariamente. (IPREDE)

Nesse sentido, a organização se descreve como voltada ao desenvolvimento das crianças por meio do fortalecimento de suas famílias, representada pela figura materna, como pode ser visto no seu site (IPREDE).

Relacionado ao marco legal da instituição, o IPREDE é identificado como uma Organização da Sociedade Civil, segundo prescrito na Lei nº 13.019⁷:

entidade privada sem fins lucrativos que não distribua entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva. (BRASIL, 2014, p. 2)

Além das parcerias públicas, privadas e com outras organizações do terceiro setor, o IPREDE atualmente é certificado pela ONU com os selos dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, são eles: 1. Erradicação da Pobreza; 2. Fome Zero e Agricultura Sustentável; 3. Saúde

⁷ Apesar de ter iniciado suas atividades como uma Organização não Governamental sem Fins Lucrativos, a mudança no marco regulatório do Terceiro Setor no ano de 2014, levou a mudança na conceituação da instituição, que passou a ser categorizada como Organização da Sociedade Civil.

e Bem-estar; 4. Educação de Qualidade; 5. Igualdade de Gênero; 10. Redução das Desigualdades; 12. Consumo e Produção Responsáveis; 16. Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

Finalizando a trajetória institucional do Instituto deve-se destacar os principais resultados de suas ações: o Programa de Atendimento à Mulher (sem levar em consideração os dados do projeto Vai Maria) de 2017 a 2021 realizou a capacitação de 87 mulheres, resultando em 5 contratações externas das participantes após a conclusão do curso. Foram mais de 1350 famílias atendidas no Ambulatório, distribuídos mais de 2000 litros de sopa diariamente, doadas diariamente mais de 450 latas de leite, e o atendimento do Programa Conecta já possui mais de 600 famílias atendidas, apesar de ter apenas 4 anos de atuação. (IPREDE)

Analisando o contexto de criação e o desenvolvimento do IPREDE, tal como sua trajetória institucional, não foram identificadas incoerências em relação a sua atuação. Identificamos que os Pilares Norteadores do IPREDE, que desde o ano de 2018 são definidos como: Metodologia Social, Científico, Estético e Negócio Social, sofreram pequenas mudanças na nomenclatura, sem, porém, alterar seu sentido ao longo dos anos. (IPREDE, 2021)

Sua criação está pautada na busca por amenizar um problema social da década de 1980 no estado do Ceará: a fome e suas consequências devastadoras. Do mesmo modo que sua ampliação é justificada pelo contexto social no qual as crianças na primeira infância atendidas pela organização estão inseridas, levando à inclusão da família como meio para diminuir a alta reincidência dos pacientes atendidos.

Isso insere o IPREDE como organização focada na matrifocalidade, que constitui a tendência que países pobres e em desenvolvimento adotam sobre o posicionamento de *família* (MEYER; KLEIN; FERNANDES, 2012, p. 434), com foco nas mulheres-mães como parceiras nas políticas públicas de inclusão (MEYER; KLEIN; FERNANDES, 2012, p. 446). Posicionamento identificado nos relatórios do IPREDE dos anos de 2018, 2019, e 2021, que definem as mulheres como,

A iniciativa se pauta no reconhecimento da influência que os pais, em especial as mães têm sobre o desenvolvimento dos filhos, aliado a constatação de que as mulheres exercem um papel de grande liderança na família e consequentemente na comunidade. (IPREDE, 2021, p. 14)

Essa abordagem também pode ser identificada no relato do coordenador de projetos, durante a entrevista concedida a este trabalho, na qual ele destacou as mulheres como “as grandes agentes de transformação de toda uma estrutura social.” (Entrevista com FREIRE, 06/06/2023).

Em suma, o IPREDE é uma instituição que se tornou referência nos cuidados com a primeira infância e ações de inclusão da família, no entanto, apesar de seus resultados, não podemos

comparar seu poder de impacto ao mesmo nível de políticas públicas, principalmente de abordagem multidisciplinar. Essa carência pode ser melhor entendida na continuidade da avaliação, no próximo tópico, dessa vez focando a análise do projeto Vai Maria.

4.2. Projeto Vai Maria: costurando sonhos

A análise do contexto social e político, assim como conteúdo e trajetória institucional do projeto Vai Maria, seguem o mesmo modelo analítico do tópico anterior. Isto é, em um primeiro momento vamos aprofundar na análise das bases conceituais de formulação do projeto, seus objetivos e a coerência dos mesmos ao longo dos anos de existência do Vai Maria, utilizando os relatórios do IPREDE de 2018, 2019 e 2021, nos quais são descritos dados sobre o projeto, associados ao documento Dados Cadastrais de 2022. Em seguida, analisamos as relações do Vai Maria com seus stakeholders: os tomadores de decisão (representados pelos funcionários do IPREDE), colaboradores (agentes externos, sejam eles professoras do curso ou doadores) e as beneficiárias (representadas pelas mulheres atendidas). Por fim, visando reconstruir a trajetória institucional do projeto e espectro temporal e territorial, realizou-se uma análise comparativa voltando-se para a interpretação dos caminhos trilhados pelo Vai Maria ao longo de 5 anos de implementação, incluindo a análise de discurso das participantes entrevistadas durante o desenvolvimento deste trabalho.

Como exposto anteriormente, o Programa de Atenção à Mulher Cuidadora nasceu da identificação de uma falha na inclusão social das crianças na primeira infância. Essa situação de vulnerabilidade era consequência direta da segregação social de sua família, majoritariamente representada por mulheres chefes de famílias monoparentais de baixa renda. Essa constatação pode ser lida no relatório de atividades anuais de 2017 do IPREDE.

O Programa promove experiências que valorizam o processo de autonomia das mulheres e cuidadoras, a capacidade de resiliência, a compreensão e a atitude de ser pessoa e o respeito a sua cidadania e de seus filhos.

O reconhecimento da influência que os pais, em especial, as mães, têm sobre o desenvolvimento dos filhos, aliado a constatação de que as mulheres exercem um papel de grande liderança na família com raio de influência na comunidade, fundamentam a proposição de institucionalizar ações para essa Trajetória. (IPREDE, 2017, p. 10)

Somente em 2017, os projetos do programa formaram 45 mulheres em competências relacionadas ao mundo do trabalho e as condições de empregabilidade, e a participação de 40 mulheres em média nos cursos de Corte e Costura possibilitados pelo Projeto Luz Solidária, patrocinado pela Enel (IPREDE, 2017, p. 13).

No entanto, havia uma alta taxa de desistência das participantes nos cursos profissionalizantes ofertados por organizações externas, como pode ser vista no relato coletado na entrevista com o Coordenador de Projetos do IPREDE,

o Vai Maria ele surge da-da carência de inclusão dessas mulheres. A gente tinha, e tem muitas parcerias com instituições de ensino, é, renomados como SENAC, SENAI, etc. Mas algumas delas eram ineficientes. Por quê? Se esbarrava na alfabetização e se esbarrava também no fato de que esses cursos ofereciam um curso de segunda a sexta-feira. A gente está falando de mulheres que são mães que não têm rede de apoio. Elas não teriam como fazer projetos que funcionasse todos os dias de segunda a sexta-feira. Eu não tenho com quem deixar essa criança. (Entrevista com FREIRE, 06/06/2023).

Essa problemática levou o IPREDE a desenvolver um conjunto de ações dentro do Programa de Atenção à Mulher, de caráter profissionalizante, mas também sócio formativo, o que levou a criação dos projetos: 1. Transformaria, que oferta curso de culinária, formando 30 participantes logo no seu primeiro ano de atividade; 2. Cozinha Pedagógica, que funcionava como complemento ao Transformaria, fornecendo cursos mais específicos na área gastronômica, e ofertou mais de 60 horas de aulas. 3. e o Vai Maria, que, ofertando curso de corte e costura, capacitou 12 mulheres, também no seu primeiro ano de execução. (IPREDE, 2019).

O Projeto Vai Maria, que faz parte do Programa de Atenção à Mulher, foi criado e implementado pela primeira vez no ano de 2018, e pode ser descrito como:

iniciativa de promoção do desenvolvimento humano focado em contribuir com a melhoria das condições de vida das mães e/ou cuidadoras de crianças assistidas no IPREDE, tendo como princípio básico o fortalecimento da autoestima e autonomia dessas mulheres através de ações que potencializam sua identidade feminina. (IPREDE, 2018, p. 22)

O projeto foi criado voltado para a inclusão social das mães e/ou cuidadoras das crianças atendidas pela instituição. De abordagem pedagógica sócio formativa, seu foco não era apenas a promoção da geração de renda, mas também o incentivo do desenvolvimento da autoestima e autonomia das participantes baseado em dois eixos conceituais:

- Educação para o Desenvolvimento Humano, seguindo as premissas das Nações Unidas,
- Desenvolvimento de competências com base nos quatro pilares: aprender a ser, aprender a conviver, aprender a fazer e aprender a aprender. (IPREDE, 2018, p. 22)

Essa abordagem, pautada na pedagogia e em determinações de organizações intergovernamentais, foi considerada após a alta taxa de desistência das participantes dos cursos ofertados anteriormente ao projeto Vai Maria, por motivos de horários inacessíveis para mulheres que em sua maioria não possuíam rede de apoio. Segundo o próprio relato do Coordenador de Projetos do IPREDE:

capacitações para esse público da nossa mulher, não era suficiente, por que eu sentia que elas não precisavam ser capacitadas, inicialmente. Elas precisavam ser fortalecidas. Então eu entendi que, é... eles precisavam fazer um projeto onde a profissionalização ela não fosse o fim, ela fosse um meio. (Entrevista com FREIRE, 06/06/2023).

Antes de analisar a atual configuração do Vai Maria, é preciso ressaltar o conceito de conceito de projeto social, considerado como o item de marco legal do projeto.

projeto social é um empreendimento planejado com o objetivo de contribuir para a mudança de uma situação social, considerada desejável por um grupo, no tempo e no espaço. Trata-se, portanto, de um projeto que interfere na vida de uma comunidade, que tem sua história, valores, modos de vida, necessidades e desejos e toda essa complexidade vai se encontrar com outro grupo que pretende oferecer apoio para uma transformação vista como positiva pela social. (INOJOSA, 2014, p. 84)

Desse modo, um projeto social constitui um conjunto de atividades elaboradas em prol da melhoria ou diminuição de um problema que afeta negativamente a realidade do grupo alvo da intervenção. Para tanto, necessita de recursos como capital intelectual, recursos humanos e financeiros, e deve ter suas atividades articuladas de modo que causem efeitos sobre o problema que se pretende atingir. O Vai Maria, portanto, é considerado aqui como um projeto social por se tratar de um empreendimento organizado visando a solução do problema da vulnerabilidade das crianças atendidas pela instituição por meio da promoção da geração de renda e trabalho para suas mães ou cuidadoras. Nesse sentido, a atividade de prática em Corte e Costura objetiva o acesso ao trabalho remunerado, enquanto as ações educativas são responsáveis pela devolução de sua autoconfiança e autonomia e melhoria no relacionamento interpessoal com a criança.

O projeto Vai Maria não sofreu grandes alterações em sua configuração, apenas teve a ampliação de suas atividades como pode ser identificado na comparação dos relatórios de 2019 a 2021, e mais recentemente no documento Dados Cadastrais de 2022, onde estão descritos responsáveis, definidos conceitos, apresentadas justificativas e matriz institucional além da descrição de ações e próximas atividades que serão desempenhadas dentro do projeto no futuro. Iniciando pelo conceito do projeto,

configura-se como um conjunto de ações sistemáticas e integradas, que já favoreceu até aqui uma série de mudanças significativas na vida e na família das mulheres beneficiadas.

No projeto as participantes adquirem habilidades produtivas no corte e costura e na confecção ao mesmo tempo em que participam de uma proposta de formação em serviço, baseada numa ação pedagógica pautada em investimentos no seu crescimento pessoal, familiar e social. (IPREDE, 2022, p. 4).

O Vai Maria tem caráter profissionalizante de abordagem socioeducativa, isto é, o projeto possui dois eixos de atividades: o primeiro prepara profissionalmente as participantes

através das capacitações em Corte e Costura, e práticas de Confecção. O segundo é voltado para o desenvolvimento pessoal e familiar das mulheres, conforme o documento “As atividades a serem desenvolvidas têm como eixo principal o processo autobiográfico, em que as mulheres tecem suas narrativas de vida durante um processo coletivo de partilha, escuta e autoconhecimento.” (IPREDE, 2022, p. 10), incentivando, desse modo, a criação de redes sociais entre elas e o resgate de seus papéis de protagonistas de suas próprias histórias.

Prosseguindo com a análise das bases conceituais, o principal objetivo do Vai Maria propõe:

Promover o desenvolvimento na primeira infância e fortalecimento de vínculos na formação de competências individuais, familiares e profissionais, através da capacitação no corte e costura, bem como, o desenvolvimento de uma confecção de produtos que favoreça a inclusão social no mercado de trabalho e geração de renda para as mães participantes. (IPREDE, 2022, p. 6)

Podemos focar em dois pontos expostos acima: o primeiro em relação à promoção e desenvolvimento na primeira infância, ou seja, o formato matrifocal deste projeto, que configuram a figura materna no centro da inclusão familiar, vista, nesse caso, pelos dependentes entre 0 a 6 anos de idade (público da instituição). Segundo, a criação da confecção de produtos que promovam a inclusão trabalhista das mulheres, voltada a geração de renda através do trabalho, não especificado se formal ou informal. Os objetivos específicos do projeto estão classificados em duas categorias: qualitativos e quantitativos. Iniciamos pela apresentação do primeiro, que visa:

- Favorecer a elevação da auto-estima através do desenvolvimento de competências individuais e interpessoais relacionadas ao autocuidado à convivência social e educação;
- Capacitar profissionalmente as mães/cuidadoras ou familiares de crianças assistidas pelo IPREDE em vulnerabilidade social;
- Proporcionar oportunidades de geração de renda e empreendedorismo. (IPREDE, 2021, p. 6)

Chamam a atenção o último deles, ao citar geração de renda associada ao empreendedorismo, o que leva à indagação se este é um reflexo do cenário social do projeto ou uma iniciativa devido às falhas da inclusão no mundo do trabalho em anos anteriores dadas as especificidades do seu público participante. Já em relação aos objetivos quantitativos, o projeto visa:

Quantitativos:

- Ter 100% dos cursos oferecidos;
- Ter 90% de frequência das mães/cuidadoras ou familiares nas atividades promovidas pelo projeto;
- Propiciar 100% o desenvolvimento pessoal e profissional. (IPREDE, 2021, p. 6)

Os objetivos qualitativos apresentam uma certa coerência interna, por se proporem a abranger os aspectos psicológicos das mulheres, identificados como principal diferencial da instituição em relação aos projetos externos anteriores. Já os dados quantitativos se preocupam em garantir a oferta de todos os cursos das práticas em corte e costura, além de manter uma alta taxa de frequência das participantes, indicadores que podem ser coletados ao fim do projeto de acordo com o ano de aplicação. No entanto, o desenvolvimento pessoal e profissional das mulheres não pode ser considerado um indicador passível de metrificacão uma vez que diz respeito às opiniões pessoais das participantes têm aderência a um objetivo qualitativo do Vai Maria.

Ao final do projeto, as participantes que se destacaram nas habilidades de corte e costura são convidadas para participar da produção de peças para um desfile, cuja arrecadação das vendas é dividida entre as participantes e a instituição. Isso pode ser considerado como fonte de renda, apesar de não proporcionar geração de renda efetiva após o fim do projeto, nem a inclusão no mercado informal por meio do empreendedorismo, ou mesmo a entrada no mercado de trabalho formal, como pode ser visto nos relatos das participantes entrevistadas para este trabalho⁸. Além de, segundo relatado pelas entrevistadas, a organização mantém contato após o fim do projeto, e oferece oportunidades de trabalho para as mesmas, seja projetos de costura do IPREDE, devidamente remunerados, ou de empresas que possuem algum vínculo com a organização.

Após o levantamento de dados dos relatórios dos anos de 2019 e 2021, descrevemos os resultados do projeto. No ano de 2019, a instituição foi responsável pela oferta de 480 horas/aula, contando com 15 participantes e capacitando 12 cursistas ao final do ano, alcançando a formação de 83% do total de participantes (IPREDE, 2018, p. 12). Já, em 2020, o projeto precisou ser paralisado devido à pandemia do vírus da Covid-19, retornando às atividades no ano de 2021, qualificando 16 cursistas, o que resultou positivamente em 5 contratações, que significa que a participação no projeto resultou na geração de emprego de 24% das participantes. (IPREDE, 2021, p. 19)

A respeito dos stakeholders do Vai Maria, podemos apontar três principais envolvidos: os tomadores de decisão, representados pelos coordenadores do IPREDE, associados aos colaboradores que atuam diretamente com as participantes nas aulas práticas, são indiretamente responsáveis pela alta taxa de permanência das mulheres, como apontado por uma delas: “essa preocupação deles, esses cuidados que eles tinham com a gente, fez que a gente, é, como é que eu posso? Inspirasse mais, foi que a gente criou mais ainda energia, gás...” (Entrevista com M. 06/06/2023). Ainda consideramos que os agentes externos também possuem papéis estratégicos para o funcionamento do projeto, como é o caso da parceria com o Criança Esperança, - que contempla o projeto pela quarta vez seguida -, além da Organização Educacional Farias Brito, que

⁸ Observar a seção 5, tópico 5.2 A percepção das Mulheres sobre o Projeto

forneceu profissionais para aulas de Corte e Costura, e até influenciadores, como o caso da Miss Brasil, Teresa Santos, que, ao ser presenteada com um vestido confeccionado pelas costureiras do Vai Maria, doou parte do prêmio para o projeto (GABRIELA, 2021).

A informação mais interessante em relação às redes sociais desenvolvidas pelo projeto Vai Maria diz respeito àquelas que interseccionam atores, quando a permanência de uma das entrevistadas foi possibilitada através do fornecimento da estrutura do IPREDE para o acolhimento da sua filha, suprimindo sua carência de falta de rede de apoio (Entrevista com M. 06/06/2023).

Concluindo a trajetória institucional e o espectro temporal do Projeto Vai Maria podemos defini-lo como um projeto de inclusão familiar matrifocal que se propõe a promover a geração de renda por meio do empreendedorismo por necessidade, em uma tentativa de minimizar os efeitos da exclusão de gênero e maternidade do mercado de trabalho formal. O projeto vem se ampliando cada vez mais e, ao longo de 5 anos de atividades, isso pode ser visto por meio de suas parcerias como Universidade de Fortaleza (UNIFOR, 2019), Centro Universitário Farias Brito (KAWASAKI, 2021), Programa Criança Esperança (TRAVESSONI, 2022) e o estilista Zé Filho (IPREDE, 2022), responsável pela criação da coleção do ano de 2022.

A seguir, avaliamos a percepção do projeto de acordo com a perspectiva das participantes entrevistadas, mas antes da análise das entrevistas, faz-se necessária a apresentação do perfil socioeconômico das cursistas do Vai Maria, de modo que, ao analisarmos suas percepções, entendamos de que lugar de fala essas mulheres correspondem.

5. O Vai Maria, na percepção das participantes

Após analisarmos o contexto social e político e trajetória institucional do IPREDE e do Projeto Vai Maria, podemos nos dedicar a avaliar a percepção das participantes do projeto em relação a suas ações e o entendimento de como elas apreendem das mudanças causadas pelas formações recebidas em suas trajetórias pessoais. No entanto, antes de partir para a análise de discurso do conteúdo das entrevistas concedidas por participantes do projeto Vai Maria, aplicadas durante o desenvolvimento deste trabalho, precisamos entender de que ponto de vista essas mulheres falam, necessitamos de ter consciência do lugar de fala do qual essas mulheres interpretam as ações e posteriores resultados do projeto.

Para isso, descrevemos o perfil social e econômico das participantes do Vai Maria entre 2019 a 2021, utilizando como base o levantamento feito para o Projeto de Extensão “Formação para a inclusão do trabalho feminino em Fortaleza: empregada ou empreendedora pelo Vai Maria IPREDE – UFC”. Este projeto foi desenvolvido pela Prof. Dra. Helena Sampaio, para o Programa de Bolsas de Extensão Universitária - 2022, da graduação em Gestão de Políticas Públicas, lançado através do edital nº 10/2022 da Pró-Reitoria de Extensão da UFC.

As informações expressas neste tópico foram coletadas do artigo derivado da pesquisa “Formação para a inclusão do trabalho feminino em Fortaleza: empregada ou empreendedora pelo Vai Maria IPREDE – UFC”, desenvolvida para o Projeto de Extensão de mesmo nome. Realizada em parceria com o IPREDE durante o ano de 2022, seu principal objetivo foi definido como “fomentar a inclusão do trabalho feminino por meio da formação de cursistas do Vai Maria para o mercado de trabalho, na modalidade de empregada ou empreendedora.” (SAMPAIO; FALCÃO, 2023, p. 3). A pesquisa foi realizada com 11 participantes que passaram pelo projeto em diferentes anos entre 2018 e 2022. A metodologia de pesquisa possui abordagem quali-quantitativa, associando formulários e entrevistas semiestruturadas, ao método de observação participante para entender o contexto político e social de cada uma das entrevistadas. Em relação a análise de dados da pesquisa, sua realização se deu através da triangulação de dados sobre “educação, moradia e renda”. Foram entrevistadas cursistas de 2019, 2020 e 2021, além de participantes do subprojeto “Desafio Bazar La Boutique” de 2022 (SAMPAIO; FALCÃO, 2023, p. 2)

Nele serão demonstrados indicadores sobre saúde (condições de neurodesenvolvimento ou nutrição) e quantidade dos filhos ou dependentes; habitação, por meio da descrição da situação da moradia e localização geográfica dentro da cidade de Fortaleza; e renda, principalmente no que diz respeito à dependência financeira, seja de parceiros, familiares ou programas do governo, e à chefia feminina.

Após essa descrição, apresentamos o perfil das participantes das entrevistas comparando suas respostas com os dados da pesquisa do projeto de extensão e o relato de suas trajetórias pessoais no que diz respeito à jornada como mães solo.

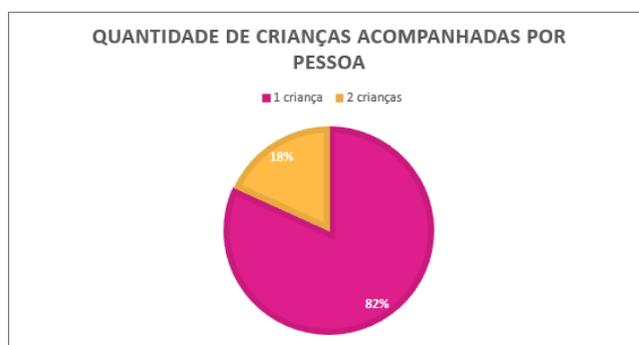
5.1. Conhecendo as Participantes do Vai Maria

5.1.1. Perfil Socioeconômico

O primeiro dado da pesquisa que merece destaque é relacionado à Saúde, sendo que os dados coletados foram de informações exclusivamente das crianças e não das suas mães ou cuidadoras. Essa escolha pode ter sido tomada devido a todas as participantes do projeto precisarem necessariamente terem filhos ou dependentes atendidos pelo IPREDE.

O segundo indicador aborda a quantidade de crianças acompanhadas por cada mulher no IPREDE. A grande maioria delas eram responsáveis por apenas uma criança, enquanto apenas uma pequena parte se responsabilizavam pelo acompanhamento de duas crianças, como pode ser visto no gráfico abaixo.

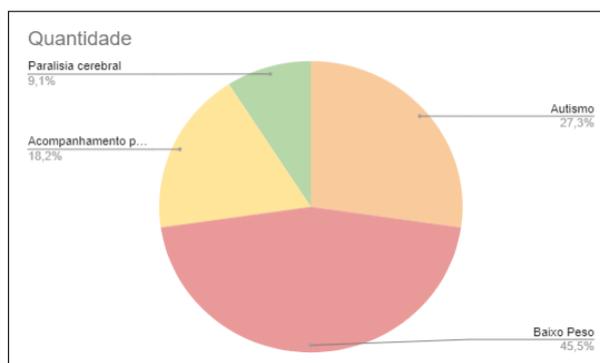
Gráfico 1 - Quantidade de crianças acompanhadas por pessoa



Fonte: (SAMPAIO; FALCÃO, 2023, p. 5)

Entre os diagnósticos das crianças acompanhadas destacam-se o baixo peso, Transtorno do Espectro Autista – TEA, acompanhamento psiquiátrico a fim de estabelecer um diagnóstico e paralisia cerebral (SAMPAIO; FALCÃO, 2023, p. 5), conforme exposto no gráfico a seguir.

Gráfico 2 - Diagnóstico das crianças acompanhadas

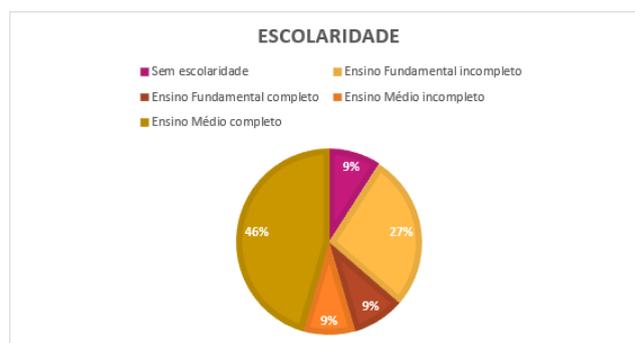


Fonte: elaboração própria, 2023

Como exposto na terceira seção deste trabalho, as condições da família podem ser usadas como um indicador de vulnerabilidade social por meio de três eixos: educação, renda e habitação, conforme repassado por Scarpellini e Carlos (2011, p. 5). Os próximos dados da pesquisa, serão analisados de acordo com as orientações das pesquisadoras.

Iniciando pelo indicador educação das cursistas, a pesquisa conseguiu levantar que menos da metade das entrevistadas chegaram a concluir o ensino médio, enquanto a maioria se divide nos níveis abaixo do médio, com ensino médio incompleto, fundamental completo, fundamental incompleto e, ainda, sem grau de escolaridade (SAMPAIO; FALCÃO, 2023, p. 9).

Gráfico 3 - Escolaridade das cursistas



Fonte: (SAMPAIO; FALCÃO, 2022, p. 10)

Cabe destaque ao fato de nenhuma delas cursar o ensino superior, enquanto, somadas, quase 60% delas não chegaram a concluir ou sequer cursar o ensino médio. Segundo Antigo e Araújo (2016, p. 322) “a dificuldade das mulheres no mercado de trabalho quando comparadas aos

homens agrava-se para aquelas que têm menor nível de qualificação.”, logo a baixa escolaridade das participantes diminui suas chances de inserção no mercado de trabalho e de sua ascensão financeira.

Em relação à situação da moradia, tratam-se majoritariamente de residentes de casas alugadas em bairros periféricos e baixo índice de IDH, na cidade de Fortaleza/CE (SAMPAIO; FALCÃO, 2022, p. 7).

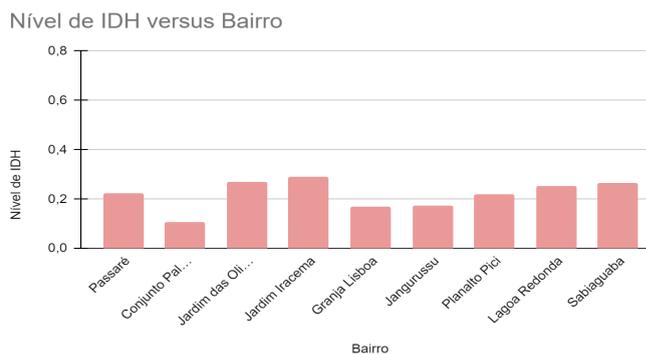
Gráfico 4 - Situação de Moradia



Fonte: (SAMPAIO; FALCÃO, 2022, p. 7)

Foi realizado também o recorte geográfico de dispersão das moradias na cidade, identificando que todas as residências estão localizadas em bairros de baixo IDH⁹.

Gráfico 5 - Nível de IDH por Bairro



Fonte: elaboração própria, 2023

Em relação a esse indicador podemos destacar, ainda, um tipo importante de exclusão abordado dentro do campo do Direito à Cidade: a segregação socioespacial, ou “segregação

⁹ O Índice de Desenvolvimento Humano se trata de indicador usado para medir, avaliar e comparar o grau de desenvolvimento social e econômico de uma região. Esse indicador pode ir de 0 até 1, sendo considerado baixo até 0,499; médio entre 0,50 e 0,799; e alto quando o resultado se encontra acima de 0,8. (FEITOSA, 2022)

residencial da sociedade, principalmente por meio da diferenciação econômica.” (NEGRI, 2008, p. 130), aquela na qual as classes sociais são utilizadas para determinar a divisão espacial e geográfica da cidade, centralizando nos locais de perpetuação de privilégios sociais das classes sociais com maior renda e afastando os pertencentes das classes com renda mais baixas para áreas periféricas, destituídas de equipamentos de valorização econômica que mantêm os centros das classes altas “valorizados”.

Por fim, quanto aos dados financeiros, estes foram divididos em duas categorias: a primeira sobre a Renda Pessoal Mensal e a segunda sobre a Renda Familiar Mensal. Sobre a renda pessoal mensal, utilizando o recorte do salário-mínimo, a maioria das entrevistadas possuem renda menor que 1 salário.

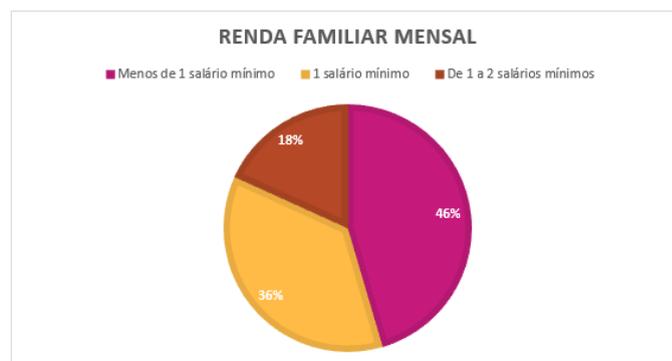
Gráfico 6 - Renda pessoal mensal



Fonte: (SAMPAIO; FALCÃO, 2022, p. 11)

Em relação à renda familiar mensal, demonstrou-se que a maior parte das famílias possui renda menor que 1 salário-mínimo.

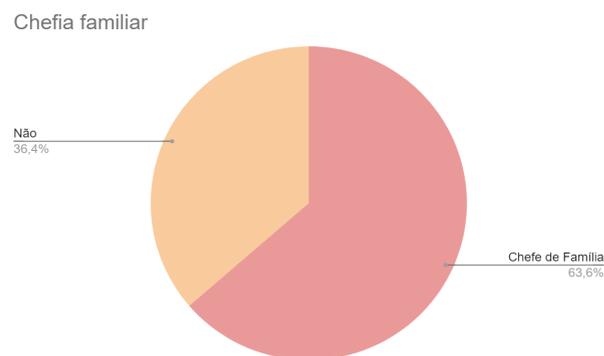
Gráfico 7 - Renda familiar mensal



Fonte: (SAMPAIO; FALCÃO, 2022, p. 11)

Esse indicador demonstra o baixo poder financeiro das mulheres em relação à geração de renda, destacando sua dependência financeira de outras fontes como parentes, cônjuges, programas governamentais de distribuição de renda, pensão alimentícia ou benefício dos filhos ou dependentes, e aposentadoria de parentes dos quais são cuidadoras. Finalizando esse indicador trazemos o tema da chefia feminina (SAMPAIO; FALCÃO, 2022, p. 12).

Gráfico 8 - Chefia feminina



Fonte: elaboração própria, 2023

A maior parte das entrevistadas, apesar da dependência de outras fontes de renda que não o trabalho, se enquadram na categoria de acordo com o conceito usado na pesquisa, a saber:

Mulheres solteiras, separadas, casadas ou viúvas podem se enquadrar como chefes de família desde que sejam consideradas como a pessoa responsável pelo sustento da casa e dos filhos, que assume “o conjunto de responsabilidades e tarefas que exigem o cuidado diário dos filhos e a sobrevivência do grupo familiar”. (CAMAYD; GULI, *apud* SAMPAIO; FALCÃO, 2023, p. 11)

Isto quer dizer que as mulheres chefes de família são responsáveis pela gestão da renda da família e de garantir seu sustento, ao mesmo tempo em que assumem as atividades de cuidado relacionadas aos filhos e outros dependentes.

Utilizando as condições da família, representadas aqui na figura das mães ou cuidadoras, para sintetizar a situação de sua vulnerabilidade social, serão destacados os eixos de educação, renda e habitação:

- Educação: ao analisar as 60% delas que não chegaram a concluir ou sequer cursar o ensino médio, o que podemos entender que a maioria possui baixo nível de escolaridade e sofre as consequências dessa falta;
- Habitação: todas as participantes moram em bairros de baixo IDH, destacando sua segregação socioespacial, além de, apesar de estarem em situações de renda baixa, a

maioria delas moram em casas de aluguel, outro indicador de perda de acesso a direitos fundamentais;

- Renda: apesar de serem majoritariamente chefes de família, são também, em sua maior parte, dependentes de fontes de renda externas e que não provêm de trabalho remunerado. Deixando-as expostas aos riscos de perda de ainda mais acessos que só são possíveis através da renda.

Associando os três indicadores acima, podemos destacar que o perfil socioeconômico das participantes é de extrema vulnerabilidade social, marcado pela fragilidade de seus direitos à moradia e acesso de qualidade a cidade; além de educação, destacado pela maioria não possuir nível adequado para o mercado de trabalho; e por fim, renda, sendo dependentes de fontes passíveis de mudanças a depender do cenário político, econômico e social, além de estarem abaixo do necessária para prover boas condições de sustento para as suas famílias, como é o caso da alimentação.

5.1.2 Conhecendo de perto as mulheres do Vai Maria

As duas mulheres entrevistadas para este trabalho reverberam os dados coletados no projeto de extensão, acima detalhado, em relação aos indicadores renda e moradia, por isso, terão seu perfil e trajetórias descritas de forma mais aprofundada. Seus nomes serão preservados, por isso vamos chamá-las pelas iniciais de seus nomes.

M. foi a primeira entrevistada, e pode ser descrita resumidamente como uma mulher de meia idade, mãe solo de três filhas, e chefe de sua família, sendo a responsável pelo sustento e gerência da renda de sua família, formada pelo valor repassado pelo Programa Bolsa Família, somado a pensão alimentícia das duas filhas. Dessas três filhas, uma delas, maior de idade, já saiu da casa da mãe, no entanto os cuidados com as outras duas são de inteira responsabilidade de M. sendo a caçula acometida por problemas de saúde que demandam cuidados e atenção integrais de sua mãe, por esse motivo e pelo fato da irmã mais velha estudar em uma escola de período integral, M. encontra-se atualmente sem possibilidade de trabalhar de carteira assinada, e encontra muitas dificuldades até mesmo para trabalhos informais que necessitem de sua saída de casa. A fonte de renda da família, portanto, é retirada do auxílio benefício do governo federal e da pensão das duas filhas, e o valor arrecadado é dividido em gastos essenciais como alimentação e pagamento do aluguel da casa onde moram, em um bairro de nível baixo de IDH. Apesar de não ser o foco da pesquisa, esperava-se o aparecimento do recorte racial, dessa forma soma-se a outros preconceitos e segregações sofridas, a racial, por estarmos falando de uma mulher preta.

Sobre sua trajetória pessoal, M. é uma mulher órfã, criada em uma instituição de acolhimento de crianças abandonadas, e não possui rede de apoio familiar, incluindo da família e do pai das crianças, que moram em outro estado. Sua entrada no projeto se deu por meio da entrada da filha no Atendimento Ambulatorial do IPREDE, e permitiu sua formação em Corte, Costura e Confecção, área na qual busca encontrar oportunidades de trabalho atualmente. Para ela, as costuras de conserto, pequenos reparos e projetos dispersos são apenas uma fonte de renda extra, não possuindo recorrência suficiente para gerar uma renda fixa para ela. M., apesar disso, vê sua entrada na instituição e a formação profissional como elementos positivos para sua vida, como poderá ser visto no próximo tópico.

A segunda entrevistada, nomeada aqui de E. é mãe solo de uma menina de 9 anos de idade, e cuidadora integralmente de sua mãe de 82 anos de idade, que porta necessidades de cuidados especiais de saúde. Trazendo novamente o recorte racial, trata-se de novamente de uma mulher preta, e periférica, que mora de aluguel em um bairro periférico da cidade de Fortaleza com baixo índice de IDH. Ela é responsável por gerenciar as fontes de renda fixas que provêm do Bolsa Família e da aposentadoria da mãe, somada à pensão alimentícia da filha, que são divididas para o mantimento do sustento dessa família. Sendo também mãe solo de uma família monoparental destacou a falta de rede de apoio, o que a mantém impossibilitada de trabalhar, mesmo que informalmente em casa, não apenas pelos cuidados com mãe e filha, mas pela impossibilidade de renda de começar um negócio próprio e a falta de conhecimento para tanto

Adentrando na sua trajetória até a entrada no IPREDE, ela conheceu a instituição após o encaminhamento de sua filha pela médica do plano de saúde do convênio médico Hapvida, devido ao seu baixo peso, e foi por meio da indicação de uma participante que conheceu o projeto Vai Maria, e optou pela entrada nele por sempre ter gostado da área de corte e costura. E. também vê o projeto sob a lente da gratidão, como veremos mais à frente.

A apresentação do perfil social e econômico das participantes expostos no projeto de extensão além do perfil das duas entrevistadas não servem apenas para reforçar o perfil do público atendido pelo projeto, mas para trazer para mais perto do cenário social do qual cada uma delas fala, ampliando o poder representativo de seus discursos, como veremos adiante nos próximos tópicos, bem como a potência da força de cada uma delas no protagonismo de sua inclusão.

5.2. A percepção das mulheres sobre o Projeto

Seguindo o percurso lógico deste trabalho, baseado nos seus objetivos específicos, nos quais, inicialmente, discutimos as relações entre mulheres e mundo trabalho dentro do contexto

contemporâneo. Após isso, iniciamos a análise do contexto social e político, além da trajetória institucional do IPREDE e do Projeto Vai Maria, o último focando em seus objetivos, estratégias e dinâmicas. Podemos, por fim, avaliar a percepção das mulheres sobre o Projeto Vai Maria.

Para que esta avaliação pudesse ser realizada foi escolhida a abordagem qualitativa, e o uso de entrevistas semiestruturadas para coletar a percepção das mulheres que participaram do projeto e determinado a escolha da análise de discurso para síntese de suas respostas. Para tanto, optamos pela análise do discurso,

No que diz respeito ao processo de análise a primeira questão fundamental é assumir que esta análise não é realizada de forma independente de toda a condução da pesquisa. Por exemplo, inclui-se no processo de análise a própria decisão quanto ao tipo de transcrição a realizar. Em segundo lugar as abordagens da Análise do Discurso são essencialmente e intrinsecamente qualitativas. Daí que a natureza da análise é relativamente “open-ended”, circular e iterativa. (NOGUEIRA, 2001, p. 34)

Dessa forma, a análise de discurso é realizada discutindo os principais dados encontrados na discussão teórica e os resultados dos eixos analíticos desenvolvidos na avaliação, desenvolvidas nas seções anteriores.

Para uma melhor organização este tópico será dividido entre os temas abordados nas entrevistas.

a) O mundo do trabalho: dificuldades e facilidades

O primeiro tema baseia-se na primeira hipótese da pesquisa, que parte da discussão teórica sobre Gênero e Trabalho, levando a reflexão se a associação de gênero e maternidade seriam de fato determinantes para a exclusão no Mercado de Trabalho, A escolha pela omissão inicial sobre a maternidade foi devido à possibilidade do tema ser levantada pelas próprias mulheres.

M. destaca que, no que diz respeito à formação curricular: “a dificuldade assim, não, não tem, porque sabe que emprego de costureira é o que tem.” (Entrevista com M. 06/06/2023), o que demonstra a segurança na qualificação fornecida nos cursos de Corte, Costura e Confecção. Já a segunda entrevistada destacou a dificuldade de conseguir trabalho devido à necessidade de dedicar suas atenções aos cuidados com a filha e a mãe, conforme sua própria fala.

Eu tenho dificuldade porque, não é por conta assim do, do meu currículo, mas sim por causa da minha filha, né? É, de quase dez anos, que vai fazer agora em setembro ,e da minha mãe de, de oitenta anos, né? Por conta que ela depende muito de mim por vários fatores, né? De doença. E a minha mãe também. Né? Aí fica por conta que só tem eu pra mim cuidar delas duas. Aí fica difícil pra mim conseguir alguma coisa. (Entrevista com E. 16/06/2023)

O destaque para a dificuldade causada pela maternidade, como abordamos na discussão teórica, principalmente pela falta de uma rede de apoio, expressa a afirmação da exclusão de mulheres mães do mercado de trabalho, e não apenas, demonstra a carência gerada pela falta de remuneração para trabalhos ligados ao cuidado, como é o caso da segunda participante, que exerce trabalhos não remunerados de cuidados com sua filha e mãe idosa.

b) Mundo do trabalho: mulheres e homens

O segundo tema busca aprofundar as discussões de gênero e trabalho na sociedade contemporânea, baseada na percepção das mulheres sobre a existência de diferenças nas relações entre homens e mulheres no mercado de trabalho.

M. em suas falas, baseou-se nas funções que homens e mulheres podem exercer, auxiliando a identificar a desconstrução de alguns papéis sociais de gênero em relação a trabalhos masculinos e femininos. Ela destacou que não vê diferença em relação à capacidade de executar um trabalho entre homens e mulheres, como pode ser visto no trecho: “eu acho que iguala, eu acho que pra mim não tem mais hoje essas coisas, né? O que o homem faz, o que a mulher faz, o homem faz, o que o homem faz, a mulher faz tudo hoje, né?” (Entrevista com M. 06/06/2023). Ou seja, ela interpreta igualdade na execução de atividades independente do gênero.

Já E. abordou a relação da percepção dos papéis de gênero na relação com os filhos. Ela prontamente destacou as diferenças entre homens e mulheres com filhos no mercado de trabalho:

homem não tem mais essa responsabilidade de cuidar, de ser um dono de casa, de cuidar de filho, levar pra médico... e realmente assim que você vai pra entrevista pergunta logo se você tem disponibilidade... aí eu vou dizer o quê? Não, não tenho disponibilidade. Então tu não vai passar numa entrevista, se tu não tem disponibilidade. E homem tem, e tem essa possibilidade cem por cento, manhã tarde e noite e, e uma mãe não tem. (Entrevista com E. 16/06/2023)

Ela reforça sua opinião detalhando o impacto que a maternidade teve na sua carreira profissional: “antes, eu trabalhava, né? Já tava o quê? Há quatro anos numa empresa e eu tive que praticamente sair pra mim poder cuidar da minha filha” (Entrevista com E. 16/06/2023). Para ela, os problemas de exclusão baseados em gênero no mercado de trabalho estão diretamente ligados à maternidade e a necessidade de cuidados com os filhos centralizada na figura da mãe.

c) O trabalho e a maternidade

O tema da experiência de maternidade finaliza finaliza as indagações baseadas na primeira hipótese levantada neste trabalho, abordando especificamente a experiência de trabalho sendo mãe, sendo que as duas mulheres são mães solo e chefes de família monoparentais, devendo ser destacado aqui que nenhuma das duas participantes possui rede de apoio nos cuidados com as filhas.

M. é mãe solo de 3 filhas e ,apesar de uma delas ser maior de idade e não morar mais na mesma residência, as outras duas filhas são dependentes. Ela relata que, assim que finalizou o projeto, conseguiu um trabalho, no entanto, por não ter com quem deixar a filha, precisou abandoná-lo, como relata:

(...) quando terminou o meu projeto Vai Maria, surgiu uma, uma oportunidade pra mim (...) Então surgiu, então a minha preocupação era o quê? Porque tinha que sair cedo. Aí eu tinha a pequena. Aí, eu, “quem vai levar ela pro IPREDE?” Porque eu, mãe solteira. Aí tinha uma filha que passava o dia no colégio, que era integral, e a outra trabalhava. E a pequena? Onde é que eu ia deixar?
(...) e ela não pode estar só né? Porque ela tomava remédio, entendeu? Aí não pode deixar. Então isso-isso fez com que eu saísse do emprego por isso. Isso até sabe? Eu fico um pouco, assim meio, é, como é que eu posso dizer? constrangida, justamente por isso, não poder trabalhar justamente por causa dela. (Entrevista com M. 06/06/2023)

Ela aponta que a situação já se repetiu mais de três vezes, porém a falta de rede de apoio não permitia seu acesso a esse trabalho, e aponta para uma possível alternativa: “precisa realmente né? De, de uma rede de apoio né? Eu tento procurar alguma coisa integral, mas não tem pra idade dela, só tem mais é pra jovem.” (Entrevista com M. 06/06/2023). Logo, uma possibilidade que não foi levantada por trabalho que, no entanto, demonstra-se como uma alternativa para a falta da rede de apoio para mães solo, que são os programas de educação em tempo integral para os níveis fundamentais.

Essa necessidade de educação integral foi apontada pelas mulheres que, superando a previsibilidade dos apontamentos apenas de problemas da pesquisa, trouxeram , na demanda, a sua própria solução. Apesar de iniciativas como a da cidade de Fortaleza, que foi premiada no ano de 2022 como a capital brasileira com a maior cobertura de escolas em tempo integral no nível Fundamental (Fortaleza, 2023), em números inteiros representam 113.491 crianças matriculadas. Segundo o SPAECE 2022, a rede municipal de ensino de Fortaleza possui um total 240 mil estudantes. (Fortaleza, 2023), ou seja, mais da metade desses estudantes ainda está fora da cobertura. Entre eles, as filhas das duas entrevistadas.

No caso de E. ela não é apenas responsável pelos cuidados advindos com a maternidade, mas também pela associação de trabalhos não remunerados à mulheres, no caso dela, cuidados com a mãe idosa, como relata:

É difícil, viu? De conciliar. Ou você trabalha ou você é mãe. Uma das duas coisas. Tem algumas que ainda tenta... é... conciliar, né? Mas, tem outras como eu que, eu não consigo por conta da minha mãe de oitenta anos, né? Por vários fatores que ela tem, é diabete, pressão alta, colesterol, osteoporose e aí vai, né? E ela depende muito de mim por conta que eu praticamente abandonei tudo pra-pra cuidar dela, né? (Entrevista com E. 16/06/2023)

d) Formalidade x Informalidade no trabalho

O quarto tema busca entender a segunda hipótese, relacionada à informalidade e à ascensão do empreendedorismo feminino como alternativas para a exclusão do mercado formal.

Ambas as mulheres declaram a sua preferência pelo trabalho formal, de carteira assinada, se elas tivessem liberdade para fazer essa escolha. M. destaca a preferência devido às seguridades sociais que o trabalho de carteira assinada possibilita: “lógico que eu preferia carteira assinada por quê? Porque, carteira assinada você tem os seus benefícios né? Caso aconteça alguma coisa tem pelo INSS e tudo né?” (Entrevista com M. 06/06/2023). Já a segunda entrevistada, apesar de informar certa admiração pelo empreendedorismo, preferia a entrada no mercado formal: “Eu gosto de empreendedorismo, mas eu acho que ia pro mercado formal mesmo. Trabalhar de carteira assinada.” (Entrevista com E. 16/06/2023). Logo, podemos entender que essa preferência pelo trabalho formal de carteira assinada, coloca a informalidade identificada como uma necessidade: “Trabalhar anônimo, não por que eu queira. Mas é porque a minha necessidade” (Entrevista com M. 06/06/2023) e o empreendedorismo como uma possibilidade, mas não um objetivo, ambas sendo alternativas para o desemprego feminino.

e) O IPREDE e o Projeto Vai Maria

Este tema volta-se para a terceira hipótese, que busca entender como o projeto Vai Maria, na percepção das mulheres, pode ser visto como uma alternativa de inclusão das mulheres que chegam até ele. A entrada de M. no IPREDE, assim como todas as participantes do Vai Maria, se deu por meio da entrada dos seus filhos ou dependentes no atendimento ambulatorial da instituição. Já, a sua participação no projeto, só se deu 6 anos após o início do atendimento de sua filha, por meio da indicação do próprio coordenador do projeto.

Já E. conheceu a instituição por intermédio de um ator externo, uma médica de um dos hospitais conveniados pelo Hapvida, que encaminhou a sua filha devido à permanência da criança com baixo peso. A entrada de E. no projeto Vai Maria se deu por indicação de outra participante, detalhe levado em consideração na quinta seção em que abordamos a relevância das redes

sociais formadas pelas próprias participantes do projeto. Foi graças à essa indicação, que quase seis anos depois da entrada da filha no IPREDE, E. entrou no projeto, relatando

quando eu era atendida lá nos ambulatório é uma mãezinha também, ela fazia o curso vai Maria, aí eu achava linda aquelas peça que ela fazia, sabe? Aí eu assim “- Onde é que tu faz essas peças” Aí ela: “aqui no curso do Vai Maria”. Aí eu “ - Valha meu Deus”. Aí ela disse assim: “- Tu quer se inscrever porque a gente já está terminando essa turma. Já, aí vai ter já está tendo inscrição pra novas turmas”. Foi aí então que eu, eu me inscrevi no curso, né? (Entrevista com E. 16/06/2023)

Assim, a entrada no IPREDE das participantes está diretamente ligada à de seus filhos, já que o projeto capta participantes tanto pela divulgação pelos funcionários como também por intermédio de outras participantes.

f) A participação no Vai Maria

O último tema, ainda baseado na última hipótese, associado ao último objetivo específico, busca entender a percepção das entrevistadas sobre sua participação no Vai Maria. M. assim relata, que descrevemos na íntegra:

o projeto vai Maria foi um, um resgate pra todos nós lá, sabe? Porque nós todos estávamos perdidos, né? E então ali, pra nós foi o, o momento de a gente se descobrir mesmo, porque nem a gente descobria nós. Então o projeto Maria foi assim muito, foi o ano que a gente estava precisando. De a gente descobrir o nosso talento, de descobrir que a gente tem capacidade sabe? Porque dentro do nosso lar, como muitas, já vi muita testemunha de todas elas, né? Porque sempre existe uma dificuldade que cada um tinha que contar, né? E o marido sempre dizia você não vai conseguir, você, você é burra, você, chamava de jumenta, era assim por diante, então ali, abaixava a autoestima, sabe?

Então o, o projeto Vai Maria, ele, ele abriu muita mente de todos nós lá. Às vezes, às vezes, é, quando a gente senta pra conversar, a gente conversa muito sobre isso. Né? Então assim o projeto Vai Maria tem uma porta, um resgate, uma luz pra todos nós, né? Foi uma porta né? Porque muitos ali tinham vários tipos de curso só não, só não, só não andou justamente por causa de, de, de suas dificuldades, seus problemas, alguns marido que não precisava, né? E tudo tinham alguns que tinham filho autista e tudo né? Então esse projeto abriu. De... por quê que abriu? Porque a gente teve apoio, de rede social, daí como como a gente já falou né? Que a gente, precisamos de um apoio de uma rede social? (...) mas o projeto Vai Maria foi uma rede de apoio pra todos nós. Tivemos muita oportunidade e ali a gente, pronto, jogamos a capa pra trás e bora pra frente. E todas nós conseguimos ir até o fim. (Entrevista com M. 06/06/2023).

A percepção de M. vai muito além do objetivo do projeto de geração de renda e incentivo ao empreendedorismo, visto que, para ela, a inclusão social se deu com a afirmação do seu papel de sujeito ao adquirir uma nova habilidade, processo que a auxiliou na reconstrução de seu papel de protagonismo e independência, repercutindo diretamente na sua autoestima e autoconfiança.

Já, E. relata sobre o Vai Maria em dois momentos, sendo que o primeiro refere-se à sua participação no Vai Maria:

é cada coisa hoje que a gente aprende na vida é um aprendizado. Independente seja qualquer área. É e, e assim eu gosto da costura, né? Como eu te falei. Depois eu entrei, né? Ingressei na pra, pra costura. Ave Maria! Eu acho que se eu pudesse eu passava vinte e quatro horas na máquina. Depois que a gente vai aprendendo, né? Aquele mecanismo aí pronto, sabe? A gente vai. E uma coisa que realmente gostei. (Entrevista com E. 16/06/2023)

Podemos destacar a satisfação de E. na habilidade da costura adquirida após a finalização do curso. Mais à frente, ela relata a percepção sobre o projeto para a sua vida:

O projeto, eu queria falar do projeto vai Maria. Como ele abre as portas ali pra muita mãezinha aprender a sair de lá mesmo pro mercado de trabalho. Isso eu acho uma iniciativa maravilhosa do IPREDE, que eu não tenho o que falar. Que eu... o que eles podiam me ajudar, eles me ajuda... a Joana, Joãozinho... são pessoas maravilhosas. Assim, eu não tenho assim, é.. Eu acho que eu não tenho como agradecer o tanto que eles me ajudaram. Ali naquele projeto. (Entrevista com E. 16/06/2023)

E ainda reforça a importância da abordagem sócio formativa para sua reconstrução como pessoa, dissociada apenas do seu papel de mãe ou cuidadora, além da formação de vínculos que se mantém mesmo após o fim do projeto:

Eu sempre me deixo em última opção. Sempre ligo mais pra minha mãe, pra minha filha, né? E pra mim cuidar delas também eu tenho que estar bem, né? E, e às vezes eu não tô bem. Aí o quê? Lá foi uma maneira de, de me encontrar também, por que, é... fora eu encontrei muitas amizades. Até hoje eu tenho amizades lá. (Entrevista com E. 16/06/2023)

Os relatos de E. e M. permitem entendermos que o papel da inclusão não se resume exclusivamente a aspectos econômicos, pois, no caso de mulheres mães, permite-se também a recuperação de sua imagem como ser social, capaz de exercer diferentes papéis que não apenas o da maternidade, desenvolvendo sua autoconfiança.

Analisando nas entrelinhas das falas pode-se apreender, da percepção das mulheres sobre o projeto, que a visão do mesmo remete a uma alternativa à falta de outras oportunidades de profissionalização, principalmente pelo IPREDE ser um substituto da falta de rede de apoio, disponibilizando uma sala para os filhos das participantes serem assistidos enquanto elas recebiam a capacitação. Associando isso ao uso de diferentes ferramentas para garantia do aumento da concentração das participantes, o que melhorou sua captação do conteúdo dos cursos. E o principal elemento, entendido como essencial para a construção dessa visão das participantes: o incentivo. Pode-se notar, ao longo dos relatos, que nenhuma das mulheres encontrou incentivo para participar do projeto dentro de sua casa ou em relação à sua própria autoconfiança, pelo contrário, ambas

relatam o descrédito da família ou a desconfiança pessoal em relação às suas capacidades de aprenderem uma nova habilidade. Essa falta de incentivo pode ser vista no relato “Ela não botava fé em mim. É, - Não sei pra quê que vai fazer esse curso, E... Tu sabe nem colocar uma linha na agulha, mulher. Pra que que tu vai fazer?” (Entrevista com E. 16/06/2023). O incentivo dos funcionários da organização pode ser entendidos como essenciais para a permanência das participantes, além da criação de vínculos entre ambos e entre as cursistas, o que reforça a importância das redes sociais em projetos de inclusão.

6. Síntese analítica da pesquisa avaliativa

Visando a finalização da avaliação do projeto Vai Maria, faz-se necessário primeiro reposicionar os resultados alcançados em relação à avaliação em profundidade, utilizada como base teórico-analítica neste trabalho.. Parafraseando Rodrigues (2008, p. 11), a avaliação em profundidade possui uma abordagem voltada à análise das diferentes dimensões de um programa, levando em consideração o detalhamento extenso, amplo e multidisciplinar como os principais objetivos de pesquisa avaliativa, dado o caráter de ampliação através do seu adensamento, defendido pela autora.

Para concluir a análise da avaliação em profundidade realizada aqui, faz-se uso de um quadro síntese da avaliação, apresentado abaixo, com os resultados dos quatro eixos analíticos da avaliação em profundidade, trazendo os indicadores construídos a partir da análise de cada um deles.

Quadro 1 - Síntese da Avaliação em Profundidade do Projeto Vai Maria do IPREDE

Eixos Analíticos da Avaliação em Profundidade	Indicadores	Resultados
Análise de conteúdo	<p>Análise das principais bases conceituais da formulação do projeto e comparação de objetivos, posicionamentos e desenvolvimento de relações internas e externas visando analisar a coerência interna. Analisando as informações detalhadas nos relatórios anuais do IPREDE e documento de Dados Cadastrais do Vai Maria.</p>	<p>- A base conceitual do projeto Vai Maria, apesar de não ser auto-declarada, se trata de uma abordagem matrifocal, típica de políticas sociais de inclusão da família de países latino-americanos. Essa influência pode ser reconhecida desde a justificativa para sua criação, descrita como desenvolvida a partir da constatação do papel de liderança feminina nas famílias das crianças atendidas pelo IPREDE. Tal afirmação pode ser vista em todos os relatórios anuais da instituição e na declaração do principal objetivo do projeto que visa a promoção do desenvolvimento na primeira infância através da inclusão social no mercado de trabalho e geração de renda das mães;</p> <p>- A coerência do projeto pode ser identificada nos seu objetivo geral (reafirmando a centralização materna na inclusão social das crianças e famílias vulneráveis), e objetivos específicos voltados tanto aos aspectos psicológicos das mulheres, quanto a sua profissionalização, de acordo com a abordagem sócio formativa do projeto capacitando profissionalmente as participantes em Corte e Costura, e incentivando sua autoconfiança através das</p>

		<p>ações de acolhimento, associadas a positiva criação de redes sociais entre os stakeholders envolvidos em todos os níveis de atividades, desde vínculos entre as cursistas e delas com suas professoras, até o envolvimento dos atores externos com o projeto.</p> <p>- A única incoerência encontrada está relacionada à análise de dados em relação ao desenvolvimento pessoal das mulheres que não pode ser considerado um objetivo quantitativo.</p>
Análise de contexto	<p>Análise das condições sociais de formulação do projeto; Articulação entre as diferentes instâncias internas e externas. Conceituação do projeto dentro do campo social</p>	<p>- A formulação do projeto Vai Maria se deu graças a ampliação das ações do Programa de Atenção à Mulher, após a constatação do IPREDE da alta reincidência das crianças atendidas causadas pela vulnerabilidade social de suas famílias, levando a criação de projetos matrifocais de inclusão;</p> <p>- A permanência do contexto social externo de grandes taxas de famílias vulneráveis e crianças subnutridas e o desenvolvimento dos estudos sobre primeira infância levam a instituição à ampliação de suas ações, de modo que fosse possível atender cada vez mais crianças e suas mães, o Vai Maria é um dos quatro projetos do Programa de Atenção à Mulher.</p> <p>- A boa articulação com as diferentes instâncias sociais (pública, privada e terceiro setor) do IPREDE é o que garante a qualidade na execução do Vai Maria, que já recebeu cursos gratuitos da instituição</p>

		<p>privada sem fins lucrativos Senac, e participou quatro vezes do programa social Criança Esperança em parceria com a UNESCO, uma agência especializada de uma das maiores organizações intergovernamentais do mundo. Além de receber profissionais e doações da empresa privada Farias Brito.</p> <p>- O Vai Maria não possui conceituação prevista em lei, no entanto, se encaixa na categorização de projeto social de Inojosa (2014), reforçado pelo fato de ser um projeto do IPREDE, considerado uma Organização da Sociedade Civil, segundo prescrito na Lei nº 13.204.</p>
Trajetória institucional	<p>Análise dos caminhos trilhados ao longo de 5 anos de implementação comparando dados dos relatórios de 2018, 2019 e 2021 aos Dados Cadastrais de 2022, e ambos aos relatos do coordenador de projetos do IPREDE e participantes entrevistadas</p>	<p>- O projeto Vai Maria não sofreu grandes alterações em sua configuração, sendo que o principal marco foi a criação da documentação Dados Cadastrais, no qual constam descritas as principais e essenciais informações sobre o projeto, que permitem acesso aos seus dados de implementação e uso de recursos, aumentando tanto a efetividade em avaliações sobre o mesmo quanto a captação de novos parceiros graças a sua transparência, característica essencial ao Terceiro Setor;</p> <p>- Em relação aos objetivos, sua análise só foi possível comparando os objetivos específicos detalhados nos Dados Cadastrais, aos objetivos gerais descritos nos relatórios de 2018, 2019 e 2021, destacando-se como</p>

		<p>citado anteriormente como coerentes, mantendo seu foco e abordagem ao longo dos anos;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Um último marco histórico do projeto em relação a ampliação se trata da construção de novos espaços a partir de 2022; - Por fim, comparando todo o material levantado pode-se destacar a construção de uma imagem sólida de proposta de inclusão da mulher, se não financeira, social sob a perspectiva de entendimento de cidadania e subjetividade.
<p>Espectro temporal e territorial</p>	<p>Análise da configuração ao longo do tempo e ocupação de territórios a partir de suas propostas e objetivos;</p> <p>Análise das possibilidades de articulação da avaliação a possibilidades de implementação em outros programas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - O Vai Maria pode ser entendido desde sua criação em 2018, até sua configuração atual do ano de 2022, como um projeto de inclusão social cidadã, visando proporcionar o desenvolvimento de competências individuais das mulheres que não podem ser metrificadas, mas que podem ser essenciais para o bem-estar das mesmas, destacando a reconstrução da sua autoestima e autoconfiança, e recuperação do entendimento de sujeito subjetivo capaz de se dividir em muito mais atuações que apenas a maternidade. - A análise das possibilidades de articulação do projeto conclui-se com a demonstração da grande capacidade do IPREDE de desenvolver suas ações através de suas parcerias, o que repercutiu na ampliação de suas ações. No entanto, ao levar esse modelo para as políticas públicas, onde já existem

		<p>programas similares, estes poderiam ser enriquecidos através do uso da abordagem sócio formativa do Vai Maria, além da atenção aos contextos sociais das participantes que muitas vezes não são levados em consideração, principalmente quando falamos do público composto por mulheres mães chefes de famílias monoparentais que são grande parte do público vulnerável e poderiam aumentar sua participação com a iniciativa de criação de acessos feita inspirada na atividade do Vai Maria de fornecer uma substituição durante a formação para a ausência da rede de apoio e o acolhimento psicológico, essencial para a melhoria na qualidade de vida, principalmente de mulheres socialmente vulneráveis, apesar de precisar ser destacado aqui que apenas pela garantia de acesso a direitos fundamentais e diminuição da superexploração do trabalho feminino (além do não remunerado), assim como acesso a trabalho e geração de renda, poderiam ser consideradas políticas públicas de inclusão efetivas.</p>
--	--	---

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Recapitulando os eixos analíticos desenvolvidos acima, podemos destacar os principais achados que cada um deles proporcionou a respeito do projeto Vai Maria, culminando em sua avaliação.

Iniciando pelo primeiro eixo analítico relacionado ao conteúdo do projeto, no qual o principal destaque cabe a questão da matrifocalidade, isto é, a centralização da figura da mãe como agente da geração da inclusão familiar.

o movimento que as políticas públicas têm feito quando adotam o termo “família” como sendo o foco de suas ações, mas convocam, efetivamente, as mulheres-mães para serem suas parceiras, ou seja, as políticas públicas são atravessadas, entre outros, por um discurso matrifocal na medida em que posicionam a mulher que desempenha as funções culturalmente atribuídas como maternas no centro da família e da sua gerência. Assim, paradoxalmente, o mesmo Estado que reduz seu papel de provedor de bens e serviços precisa educar e qualificar mulheres dos grupos sociais menos favorecidos para que elas possam, então, assumir com a competência esperada essa posição de produtoras de “inclusão social” das crianças e dos jovens que integram seus núcleos familiares. (MEYER; KLEIN; FERNANDES, 2012, p. 446)

Apesar do conceito utilizado partir do setor público, esse sintetiza o formato escolhido para o projeto, uma abordagem é uma tendência que perpassa os limites do poder público e tem se tornado uma prática comum também a ações do terceiro setor. O IPREDE parte do mesmo princípio de família, citado pelos autores, ou seja, apesar do entendimento da variedade de configurações familiares, o projeto se restringe à escolha das mães como potenciais agentes de mudança da situação familiar, elas são o principal objeto de execução das ações de desenvolvimento humano, tanto pessoal quanto dos dependentes e ainda, profissional. Apesar de não ter seu poder de impacto comparado ao do Estado, e não ser responsável pelo provimento de bens e serviços, a instituição corresponde à tendência de colocar as mulheres na posição de produtoras da inclusão social dos filhos. Até mesmo suas ações educativas são componentes desse viés, como abordam os autores abaixo:

as ações educativas desenvolvidas nesses programas visam, fundamentalmente, reeducar essas mulheres focando de forma bem importante o que se chama, ali, de “autoestima”. Eles funcionam, em grande medida, como espaços terapêuticos grupais nos quais o exercício da fala e da escuta deve multiplicar experiências e formas de lidar com as dificuldades enfrentadas nas relações familiares e na luta para garantir a sobrevivência diária (MEYER; KLEIN; FERNANDES, 2012, p. 447)

A abordagem sócio formativa profissionalizante do projeto corresponde às principais características da abordagem matrifocal, motivo que levou a escolha desse conceito para sintetizar o viés do projeto Vai Maria.

A necessidade de cuidados com a família, considerado como um trabalho feminino, e como destacado por Muraro (2020, p. 84), sobre a superexploração do trabalho feminino, reforça a ideia de levar o debate do tema para dentro do poder Executivo do Estado, e dar início a uma reconstrução da família nas políticas públicas, que apesar do conceito de família defendido denotar à variedade dos modelos atuais, as abordagens de intervenções públicas familiares ainda centralizam apenas a figura feminina.

Apesar do contexto interno do projeto voltar suas atenções à inclusão da família pela profissionalização da mulher, o mesmo não pode ser responsabilizado pela geração de renda e emprego das participantes após o fim da intervenção. Esse papel de inclusão social através da

inclusão financeira é de responsabilidade do Estado, este, no entanto, restringe seus programas de geração de trabalho e renda a abordagens assistencialistas, como pode ser visto no trabalho de Farah (2004, p. 63) que destaca os programas de geração de emprego e renda e combate à pobreza como não orientados por uma lógica de emancipação feminina, ou voltados a inserção autônoma no trabalho por meio de capacitações ou concessão de crédito.

Apesar da orientação política do Vai Maria, o IPREDE é capaz de proporcionar apenas a profissionalização e elevação da autoestima das participantes, mas, ao falarmos de inclusão socioeconômica completa, principalmente quanto à geração de trabalho e renda, o Estado deve ser o principal responsabilizado pela garantia da criação de oportunidades, não só de entrada como também de permanência no trabalho, além de ampliar seu olhar sobre a questão da inserção autônoma, principalmente quando se refere ao público socialmente vulnerável.

A trajetória institucional analisada no terceiro eixo destaca um importante elemento dentro do projeto Vai Maria, do IPREDE, e das políticas públicas citadas como exemplos na pesquisa: o conceito de inclusão social. Dada a falta de conceituação por parte de cada intervenção, precisamos nos debruçar sobre um conceito genérico baseado apenas em indicadores. Se, por um lado, podemos considerar que, ao falarmos de inclusão social da família, estamos nos referindo aos indicadores de “saúde, educação, acesso a bens serviços e ao trabalho” (MEYER; KLEIN; DAL’IGNA; ALVARENGA, 2014, p. 888), por outro lado, estamos desconsiderando ambos como projetos ou programas de inclusão, isto porque nenhuma das intervenções mencionadas possui uma abordagem multidimensional que trabalhe ao mesmo tempo todos os indicadores mencionados, porém, apesar disso, continuam sendo considerados como intervenções de inclusão social pela existência de outros elementos que garantem, direta ou indiretamente, a percepção de uma inclusão, de outras formas.

Por esses motivos, ao considerar o projeto Vai Maria como de inclusão social, precisamos levar em consideração primeiro os indicadores de educação e trabalho e, depois, os elementos de inclusão que superam medições quantitativas. Em relação à educação, pode-se destacar a profissionalização adquirida pelas cursistas em Corte e Costura. Já, sobre os elementos não metrificados, deve-se destacar a abordagem sócio formativa que garante a inclusão a partir do desenvolvimento pessoal, isto é, por meio da promoção da autoconfiança e autoestima. Isto porque, apesar de não garantir a melhoria das condições de vida das participantes, é percebido dessa forma, a partir da percepção das mesmas. No entanto, quanto ao trabalho, falha na sua proposta de inclusão, dado os fatores externos citados acima. O que, porém, não desconsidera a possibilidade de uma inclusão possibilitada pela formação profissional.

Apesar de não atuar sobre todas as dimensões de inclusão social, o projeto Vai Maria pode ser considerado como fomentador da inclusão social, executando as ações possíveis para sua capacidade de implementação e deixando os outros indicadores novamente sob responsabilidade do Estado, que continua sendo apontado como o maior responsável pela inclusão social e o único com capacidade para realizar essa inserção.

Por fim, sobre o último eixo analítico, podemos sintetizar a avaliação do Vai Maria como um projeto de inclusão social da família, implementado por uma organização do Terceiro Setor, cuja abordagem matrifocal centraliza a figura da mãe como elemento central na inclusão social de seus filhos, apesar de ela mesma só receber a inclusão educacional. Apesar do foco na geração de renda por parte do projeto, as reais possibilidades desta garantia estão nas mãos do Estado, que seria o único ator possível de criar as ações que garantem não apenas a inclusão educacional e trabalhista, além do acesso à saúde e bens e serviços, mas mudanças sociais que possibilitasse a minimização dos problemas ligadas às assimetrias de gênero no trabalho, como abordamos na discussão teórica.

7. Considerações Finais

O principal tema desta monografia foi a avaliação da inclusão de mulheres socialmente vulneráveis no mercado de trabalho, utilizando como recorte a avaliação do projeto Vai Maria, componente do Instituto da Primeira Infância - IPREDE. O tema de pesquisa, isto é, o projeto Vai Maria, constitui um projeto social que desenvolve um conjunto de ações de formação profissionalizante em Corte e Costura e atividades de Desenvolvimento Pessoal.

Para tanto, o presente trabalho foi organizado em sete seções, as quais foram divididos em duas etapas: a primeira foi dedicada ao conteúdo introdutório e descritivo da pesquisa, finalizando com a discussão teórica que facilita o entendimento em relação ao projeto avaliado, no que diz respeito às relações de gênero e trabalho.

As principais apreensões da discussão sobre os papéis de gênero no mercado de trabalho, que orientaram a avaliação do Vai Maria, partiram da discussão da existência de uma estrutura cultural baseada no preconceito de gênero no trabalho com uma maior segregação de mulheres mães, devido à desvalorização dos trabalhos de cuidados com dependentes e domésticos, não remunerados, associados à figura feminina, que, portanto, sofre uma somatória de exploração de seu trabalho representada não apenas pela ausência de remuneração dessas atividades, mas à sua exclusão do mercado, principalmente formal.

Essa segregação leva à informalidade e ao empreendedorismo por necessidade como alternativas para a geração de renda e sustento de famílias, majoritariamente monoparentais femininas. Essa estrutura se repete quanto às ações do setor público que priorizam o fomento ao empreendedorismo feminino como um meio de inclusão social da família pela geração de renda.

A segunda etapa do trabalho foi dedicada à construção da avaliação em profundidade à partir da análise dos eixos analíticos: (i) análise de conteúdo do programa, (ii) análise de contexto da formulação da política, (iii) trajetória institucional de um programa e por fim, (iv) espectro temporal e territorial.

O primeiro eixo da primeira etapa auxiliou a entender o conteúdo do Vai Maria, cujos objetivos priorizam a formação de competências individuais e profissionais das participantes visando a promoção de oportunidades de geração de renda e empreendedorismo voltados ao desenvolvimento na primeira infância por meio da inclusão social das mães. Já, a análise do conteúdo levantado permitiu a identificação da abordagem matrifocal do projeto, baseada no seu formato inclusivo da família, que centraliza a figura da mãe como o principal objeto de geração de mudança social das mulheres e de seus dependentes pela geração de renda.

O segundo eixo abordado, voltada à análise do contexto de formulação, facilitou a reconstrução do cenário que levou o IPREDE a formular o projeto Vai Maria, fruto da ampliação das ações do Programa de Atenção à Mulher, após a constatação de que a alta reincidência das crianças atendidas se dava por conta da situação de vulnerabilidade social de suas famílias. A identificação do público majoritário composto por mulheres chefes de família monoparentais levou à centralização estratégica da figura materna. Durante o desenvolvimento dessa análise, foi necessária a transposição dos limites da instituição, trazendo as discussões políticas matrifocais para dentro da pesquisa, visto que esta abordagem que não se restringe ao Terceiro Setor, sendo apenas o reflexo de uma tendência política contemporânea de países em desenvolvimento. Políticas essas que o caráter assistencialista não é efetivo na construção da emancipação das participantes, e ainda responsabiliza as mulheres pela sua inserção autônoma no trabalho, isentando os verdadeiros responsáveis pela geração de acesso e permanência ao trabalho de qualidade para mulheres mães.

O terceiro eixo, Trajetória institucional, permitiu o entendimento da imagem do projeto ao longo dos anos, perpetuando-se como uma proposta de inclusão educacional da mulher, pela formação profissionalizante e desenvolvimento de habilidades pessoais ligadas a autonomia e autoconfiança. Essa foi importante para pontuar a necessidade de um melhor esclarecimento do conceito de inclusão utilizado nas abordagens matrifocais como a do projeto Vai Maria, no qual apenas os indicadores saúde, educação, acesso a bens serviços e ao trabalho não são suficientes para abranger as distintas dinâmicas sociais, tanto quando a inclusão é definida como o oposto da exclusão, quanto no entendimento social do que seria essa inclusão, visto claramente na percepção das participantes do projeto que, apesar do Vai Maria não atender os três indicadores de saúde, acesso a bens serviços e trabalho, é visto por elas como uma intervenção inclusiva socialmente por meio de uma ressignificação dos papéis sociais de mulher mulher, além do papel de mãe.

Finalizando a avaliação em profundidade, sobre o eixo espectro temporal e territorial do Vai Maria comparando todos os dados levantados sobre o projeto e o IPREDE, associados às discussões teóricas anteriores ao início da avaliação, e costurando-as aos eixos analíticos da avaliação em profundidade, podemos sintetizar a avaliação respondendo ao objetivo geral da pesquisa, que busca entender se o Projeto Vai Maria, no âmbito do IPREDE, é capaz de permitir a inclusão socioeconômica das participantes.

O projeto Vai Maria pode ser entendido como um projeto de inclusão social e, apesar de não poder ser declarado como efetivo na inclusão no mercado de trabalho e geração de renda, não pode ser relacionado ao projeto em si ou ao IPREDE, devido ao contexto social, econômico e político do qual a iniciativa é apenas uma ação restrita do Terceiro Setor, e os problemas que interseccionam-se em relação a gênero e trabalho necessitam de intervenções de políticas públicas

multidisciplinares com envolvimento do setor privado e da sociedade civil, na reconstrução dos papéis de gênero e desenvolvimento de intervenções que vão além do assistencialismo e trazem o Estado para o centro do debate sobre as diferenças nas relações de gênero não apenas no mercado de trabalho, mas principalmente nele, e passem a implementar práticas de inclusão, acesso e permanência de mulheres e de mulheres mães no trabalho, além da dissociação e preconceito das funções de cuidado e do trabalho doméstico não remunerados como atividades femininas e não como atividades de trabalho, que verdadeiramente o são.

Se considerarmos os dados levantados da avaliação realizada nesta monografia como indicadores de sucesso do projeto, podemos destacar a efetividade na formação de competências individuais e profissionais pela sua abordagem sócio formativa, que qualifica as participantes nas habilidades de Corte, Costura e Confecção, e, como demonstrado na percepção das mulheres participantes, permite a reconstrução da autoestima e autoconfiança das mulheres que passam pela ação, que podem ser relacionados ao projeto, capazes de contribuir para a construção de outras intervenções de inclusão. Como citado na discussão teórica a intersecção de problemas sociais ligados a gênero, maternidade, raça e vulnerabilidade, são fenômenos que necessitam de ações multidisciplinares e não apenas sociais. Em suma, os resultados do projeto, apesar de tímidos, existem, mas só poderiam ser verdadeiramente eficientes com o apoio governamental com políticas públicas.

No entanto, como vimos, a geração de renda só seria acessível com o acesso a outras redes de apoio, quando não familiares, mas sobretudo advindas de políticas públicas, como, por exemplo, da expansão das escolas de tempo integral e a criação de intervenções voltadas à inclusão e permanência de mulheres no trabalho formal e não apenas em programas de geração de renda por meio do empreendedorismo por necessidade, que revelam limites quanto à inclusão social que garante e afirme direitos a proporcionar melhores condições de vidas de mulheres e mães trabalhadoras, Esse é, por fim, o horizonte que vislumbramos, fruto das reflexões advindas como desdobramento mais amplo deste trabalho.

8. Referências

ABDALA, Vitor. **Trabalhador sem carteira assinada atingiu número recorde em 2022**. Agência Brasil. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em:

<<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-02/trabalhador-sem-carteira-assinada-atingiu-numero-recorde-em-2022#:~:text=A%20informalidade%20tamb%C3%A9m%20atingiu%20um%20ser%20visto%20de%20forma%20positiva>>. Acesso em 29 de mar, 2023.

AGUIAR, Thiago Ratts Barbosa de. **Empreendedorismo e crescimento econômico: uma análise para países selecionados**. 2021. Dissertação (Mestrado em Economia de Empresas) - Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade - FEAAC, Programa de Economia Profissional - PEP, Universidade Federal do Ceará - UFC, Fortaleza (CE), 2021. Disponível em:

<<https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/59495>>. Acesso em 3 de abr, 2023.

ARAÚJO, João Paulo; ANTIGO, Mariangela. **Desemprego e Qualificação da Mão de Obra no Brasil**. Rio de Janeiro, 2016, p. 308-335. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/198055272025>>. Acesso em 27 de jun, 2023

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil: CAPÍTULO II - Dos Direitos Sociais**. Brasília, DF: Senado Federal, 2023. p. 19. Disponível em:

<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf>.

Acesso em: 19 de jun, 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.019**, de 31 de julho de 2014. Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999. Disponível em:

<<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13019-31-julho-2014-779123-norma-actualizada-pl.pdf>>. Acesso em 20 de jun, 2022.

BRUSCHINI, Cristina. **Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não-remunerado?** Revista Brasileira de Estudos de População. São Paulo, v. 23, n. 2, p. 331-353, jul./dez. 2006.

Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-30982006000200009>>. Acesso em 25 de jun, 2023

CALIXTRE, André; VAZ, Fábio. **PNAD 2014: breves análises**. Nota técnica. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília, dez, 2015.

CARLOS, Viviani; SCARPELLINI, Marister. **Monoparentalidade Feminina e Vulnerabilidade Social: a realidade de mulheres chefes de família no município de Apucarana**. Anais II Simpósio Gênero e Políticas Públicas. Londrina, p. 1-11, 2011. Disponível em:

<<http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/Marister.pdf>>. Acesso em 22 de mar, 2023

COSTA, Patrícia; MONTEIRO, Gustavo; MARQUES, Geni. **As dificuldades das mulheres chefes de família no mercado de trabalho**. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. 2023. Disponível em:

<<https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2023/mulheres2023.pdf>>. Acesso em 02 de jul, 2023.

ECONOMIA Informal Urbana. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2003. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=283545>>. Acesso em 2 de abr, 2023.

FALCÃO, Ana; SAMPAIO, Helena. **Formação para a inclusão do trabalho feminino em Fortaleza**: empregada ou empreendedora pelo Vai Maria IPREDE – UFC. 2023. Projeto de Extensão (Pró-Reitoria de Extensão da UFC). Bacharelado (Gestão de Políticas Públicas), Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2023.

FARAH, Marta Ferreira Santos. **Gênero e políticas públicas Gênero e políticas públicas**. Estudos Feministas, Florianópolis, p. 47-71, janeiro-abril/2004. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-026X2004000100004>>. Acesso em 28 de jun, 2023

FEIJÓ, Janaína; PINHO, Valdemar; CARDOSO, Luísa. Maternidade e a participação feminina no mercado de trabalho. **Blog do IBRE**, 2022. Disponível em: <<https://blogdoibre.fgv.br/posts/maternidade-e-participacao-feminina-no-mercado-de-trabalho>>. Acesso em 19 de jun, 2023.

FEITOSA, Tiago. **IDH: O que é e quais são os seus indicadores?** 2022. Disponível em: <<https://t2.com.br/blog/idh-o-que-e-e-quais-sao-os-seus-indicadores/>>. Acesso em 19 de jul, 2023.

FONSECA, Livia; APOSTOLOVA, Bistra; JUNIOR, José. **O Direito Achado na Rua**: Introdução Crítica ao Direito das Mulheres. Brasília, v. 5, 2012.

FONTES, Virgínia. **Capitalismo em tempos de uberização**: do emprego ao trabalho. Revista de Estudos Galegos, v. 5, n 8, 2017. Disponível em: <<https://www.niepmarx.blog.br/revistadoniep/index.php/MM/article/view/220>>. Acesso em 3 de jun, 2023.

GABRIELA. **Projeto do IPREDE, “Vai Maria” lança nova coleção em desfile no estacionamento do RioMar Fortaleza**. Portal In Business. Fortaleza/CE. 16 de nov, 2021. Disponível em: <<https://www.portalin.com.br/notas/projeto-do-iprede-vai-maria-lanca-nova-colecao-em-desfile-no-estacionamento-do-riomar-fortaleza/>>. Acesso em 26 de mai, 2023.

GLOBO. **Criança Esperança**. Disponível em: <<https://redeglobo.globo.com/criancaesperanca/>>. Acesso em 26 de mai, 2023

GUIGINSKI, Janaína; WAJNMAN, Simone. **A penalidade pela maternidade**: participação e qualidade da inserção no mercado de trabalho das mulheres com filhos. Revista Brasileira de Estudos de População, São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.20947/S0102-3098a0090>>. Acesso em 10 de abr, 2023.

INOJOSA, Rose. **Desenho e Elaboração de Projetos Sociais no Terceiro Setor**. Revista Pensamento e Realidade, v. 29, n. 2, 2014. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/pensamentorealidade/article/view/21229>>. Acesso em 3 de abr, 2023.

JANNUZZI, Paulo. **Avaliação de Programas Sociais em uma Perspectiva Sistêmica, Plural e Progressista**. Revista Aval. v. 4, n. 18, p. 38-61, dez de 2020. Disponível em: <<http://periodicos.ufc.br/aval/article/view/61649>>. Acesso em 22 de abr, 2023

KAWASAKI, Rodrigo. **Em desfile aberto ao público, projeto Vai Maria lança uma nova coleção inspirada na vida das mulheres assistenciadas pelo projeto**. 2021. Disponível em: <<https://publicoa.com.br/publico-a-eventos-em-desfile-aberto-ao-publico-projeto-vai-maria-lanca-uma-nova-colecao-inspirada-na-vida-das-mulheres-assistenciadas-pelo-projeto/>>. Acesso em 23 de jun, 2023

LISBOA, Vinícius. **Informalidade e maior tempo de contribuição dificultam aposentadoria**. Agência Brasil, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-05/informalidade-e-maior-tempo-de-contribuicao-dificultam-aposentadoria>>. Acesso em 19 de jun, 2023

MAS afinal, o que é empreendedorismo. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. 29 de jun, 2021. Disponível em: <<https://www.sebrae-sc.com.br/blog/o-que-e-empreendedorismo#:~:text=Empreendedorismo%20%C3%A9%20a%20capacidade%20que,impacto%20no%20cotidiano%20das%20pessoas>>. Acesso em 2 abr, 2023

MEYER, Dagmar; KLEIN, Carin; DAL'IGNA, Maria Cláudia; ALVARENGA, Luiz Fernando. **Vulnerabilidade, gênero e políticas sociais: a feminização da inclusão social**. Estudos Feministas: Florianópolis. 2014, p. 885-904. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36751/28573>>. Acesso em 28 jun, 2023.

MEYER, Dagmar; KLEIN, Carin; FERNANDES, Letícia. **Noções de família em políticas de 'inclusão social' no Brasil contemporâneo**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, ago, 2012, p. 433-449. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-026X2012000200005>>. Acesso em 6 de abr, 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001. Disponível em: <http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1428/minayo_2001.pdf>. Acesso em 02 de jul, 2023

MURARO, Rose Marie. **Os seis meses em que fui homem**. 2. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

NEGRI, Silvio Moisés. **Segregação Sócio-Espacial: Alguns Conceitos e Análises**. Coletâneas do Nosso Tempo: Ano VII.8 ed. v. 8. 2008, p. 129-153. Disponível em: <<https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/coletaneas/article/view/108>>. Acesso em 27 de jun, 2023.

NOGUEIRA, Conceição. **Análise do Discurso**. Métodos e técnicas de avaliação: novos contributos para a prática e investigação. 2001, p. 1-51. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/4355/1/Capitulo_analise%20do%20discurso_final1.pdf>. Acesso em 10 de mai, 2023

PESQUISA Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Educação 2019. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Brasília, 2020.

PESQUISA Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Indicadores para população de 14 anos ou mais de idade. 2023. Disponível em:

<https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Quadro_Sintetico/2023/pnadc_202301_trimestre_quadroSintetico.pdf>. Acesso em 03 de jul, 2023

PESSOAS Trans e Não Binárias. LGBTFOUNDATION. Disponível em:

<<https://lgbt.foundation/who-we-help/trans-people>>. Acesso em 02 de jun, 2023.

PINTO, G. R. C. **A ação do capital social em social business**: um estudo de caso no Instituto da Primeira Infância - IPREDE. 2019. 160 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Programa de Pós-graduação em Administração e Controladoria, Fortaleza, 2019. Disponível em:

<<https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/46205>>. Acesso em 29 de jul, 2022

PNAD 2011: Primeiras Análises sobre o Mercado de Trabalho Brasileiro. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília, 11 de out, 2012.

PÓS-UNIFOR participa do projeto Vai Maria idealizado pelo Iprede. Universidade de Fortaleza, 2019. Disponível em:

<<https://unifor.br/web/pos-graduacao/-/pos-unifor-participa-do-projeto-vai-maria-idealizado-pelo-iprede>>. Acesso em 5 de mai, 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA. **Fortaleza é a capital com maior cobertura de atendimento em tempo integral no Ensino Fundamental, diz Censo Escolar 2022**. Fev, 2022. Disponível em:

<<https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/fortaleza-e-a-capital-com-maior-cobertura-de-atendimento-em-tempo-integral-no-ensino-fundamental-diz-censo-escolar-2022>>. Acesso em 23 de jun, 2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA. **Pelo oitavo ano consecutivo, Fortaleza tem rede de ensino no nível mais elevado de alfabetização na idade certa**. Jun, 2022. Disponível em:

<<https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/pelo-oitavo-ano-consecutivo-fortaleza-tem-rede-de-ensino-no-nivel-mais-elevado-de-alfabetizacao-na-idade-certa#:~:text=O%20Spaace%202022%20avaliou%20293.825,Brasil%20em%20n%C3%BAmero%20de%20matr%C3%ADculas>>. Acesso em 23 de jun, 2023.

PROJETO Vai Maria. Instituto da Primeira Infância. Fortaleza, Ceará, 2022.

RELATÓRIO de Atividades 2018. Instituto da Primeira Infância. Fortaleza, Ceará, 2018.

Disponível em:

<https://drive.google.com/file/d/1jo3Yfhkcmp7iT6HMCY2uu_DpdvKBGWDb/view>. Acesso em 26 de mar, 2022

RELATÓRIO de Atividades 2019. Instituto da Primeira Infância. Fortaleza, Ceará, 2019.

Disponível em:

<<https://drive.google.com/file/d/1kb2dO3tI-DuwyqxBsHa0-4lwh4crCH-4/view>>. Acesso em 26 de mar, 2022

RELATÓRIO de Atividades 2021. Instituto da Primeira Infância. Fortaleza, Ceará, 2021.

Disponível em:

<https://iprede.org.br/wp-content/uploads/2022/05/IPREDE_RELATORIO-DE-ATIVIDADES-2021.pdf>. Acesso em 26 de mar, 2022

RELATÓRIO de Atividades ano 2017. Instituto da Primeira Infância. Fortaleza, Ceará, 2017.

Disponível em:

<<https://drive.google.com/file/d/1eXpEoGP4VPYKen0WsV5os1GH7-8kYZyg/view>>. Acesso em 26 de mar, 2022

RODRIGUES, Lea Carvalho. **Propostas para uma avaliação em profundidade de políticas públicas sociais**. 2008, p. 7-16. Disponível em:

<https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/22510/1/2008_art_lcrodrigues.pdf>. Acesso em 4 de mai, 2023

SORJ, Bila; FONTES, Adriana; MACHADO, Danielle. **Políticas e Práticas de Conciliação entre Família e Trabalho no Brasil**. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, set./dez. 2007. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/cp/a/Tncsyc85TCBVCJWm7KHhT7J/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em 14 de jun, 2023.

SOUSA, Jéssica. **Entrevista com E**. Fortaleza, 16 de jun, 2023.

SOUSA, Jéssica. **Entrevista com Freire**. Fortaleza, 6 de jun, 2023.

SOUSA, Jéssica. **Entrevista com M**. Fortaleza, 6 de jun, 2023.

SOUZA, Rosangela; SILVA, Danilo. **Os Paradigmas 4E's da Gestão Pública: Eficiência, Eficácia, Efetividade e Economicidade**. São Paulo, 2015. Disponível em:

<http://www.fait.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/nQNRcydBfojPkZm_2017-1-17-19-18-27.pdf>. Acesso em 19 de jul, 2023

TRAVESSONI, Marcia. **Iprede é contemplado pela 4ª vez pelo Criança Esperança**. 2022.

Disponível em:

<<https://marciatravessoni.com.br/noticias/iprede-e-contemplado-pela-4a-vez-pelo-crianca-esperanca/>>. Acesso em 23 de jun, 2023.

VESCO, Ari (org.). **Fundamentos do Terceiro Setor: Entidades Sem Fins Lucrativos**. Santa Catarina, Editora UNIC, 2020. Disponível em:

<https://uni-contestado-site.s3.amazonaws.com/site/biblioteca/ebook/Fundamentos_do_Terceiro_Setor.pdf>. Acesso em 29 de abr, 2023

APÊNDICE A - ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA APLICADA COM STAKEHOLDER DO PROJETO VAI MARIA

Temáticas e perguntas pré-definidas para o Coordenador de Projetos:

1. Trajetória pessoal
 - a. Qual sua trajetória de vida até chegar ao IPREDE?
2. Trajetória institucional do IPREDE e do Projeto Vai Maria
 - a. Qual a história do IPREDE com o projeto Vai Maria?
3. Trajetória das participantes do Projeto Vai Maria
 - a. Fale como você vê a trajetória das participantes no projeto?
4. Percepção sobre o Projeto Vai Maria
 - a. Como você vê o projeto na vida das participantes?

APÊNDICE B - ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA APLICADA COM PARTICIPANTES DO PROJETO VAI MARIA

Temáticas e perguntas pré-definidas para as participantes:

1. O mundo do trabalho: dificuldades e facilidades
 - a. Você poderia me falar sobre as facilidades e dificuldades sobre trabalho?
2. Mundo do trabalho: mulheres e homens
 - a. Você poderia me falar sobre como você vê a diferença entre homens e mulheres no trabalho?
3. O trabalho e a maternidade
 - a. Como é sua experiência de trabalho sendo mãe?
4. Formalidade x Informalidade no trabalho
 - a. Me fale um pouco sobre como você vê o trabalho de carteira assinada e trabalho informal?
5. O IPREDE e o Projeto Vai Maria
 - a. Como foi sua entrada no Iprede e no Vai Maria?
6. A participação no Vai Maria
 - a. Você poderia me falar sobre como você vê a sua participação no Vai Maria?
 - b. Me conta o que mudou na sua vida depois do projeto?